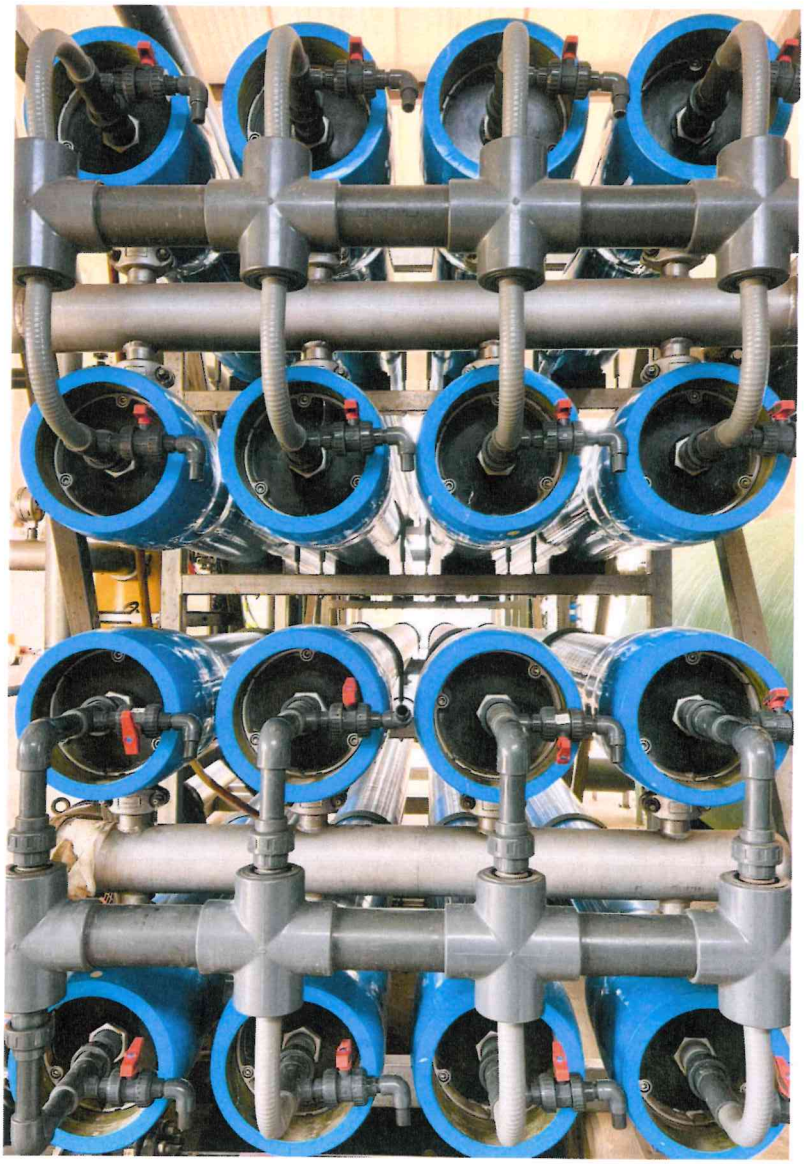


Relatório de Gestão e Contas

2024

Águas e Energia da Boa Vista, S.A.
NIF: 253 978 343
Caixa Postal 175
Sal-Rei, Ilha da Boa Vista
República de Cabo Verde
Tel.: +238 251 20 00 / 251 20 03
Fax: +238 251 20 02

ÍNDICE

1. Mensagem do Conselho de Administração 5
2. A AEB em Números (2024) 12
3. Estrutura Acionista e Órgãos Sociais 13
Estrutura Acionista 13
Órgãos Sociais 13
3.1.1 Assembleia Geral 13
3.1.2 Conselho de Administração 14
3.1.3 Fiscal Único 14
4 Organigrama 15
5 Enquadramento Geral 16
Enquadramento Macroeconómico Externo 16
Enquadramento Macroeconómico Interno 16
Evolução da economia nacional 16
Evolução recente do turismo em Cabo Verde 17
Enquadramento do Negócio 22
6 Atividades Desenvolvidas em 2024 26
Atividade Operacional 26
6.1.1 Produção de Eletricidade 26
6.1.2 Transporte e Distribuição de Energia Elétrica 34
6.1.3 Produção de Água 35
Atividade Comercial 39
Gestão de Pessoas 42
7 Análise Económica e Financeira 48
Situação Económica 48
Execução Orçamental 50
Situação Financeira 51

8 Riscos e Incertezas 53
9 Proposta de Aplicação de Resultados 54
10 Demonstrações Financeiras 55
Balanço 56
Demonstração de Resultados por Naturezas 58
Demonstração de Alterações no Capital Próprio 59
Demonstração de Fluxos de Caixa 61
11 Anexo às Contas 62
Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 64
Nota 1 – Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas 65
Nota 2 - Fluxos de Caixa 72
Nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis 73
Nota 4 – Ativos Intangíveis 75
Nota 5 – Inventários e gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas 75
Nota 6 – Clientes 77
Nota 7 – Adiantamento a fornecedores 78
Nota 8 – Estado e outros entes públicos 79
Nota 9 – Outras contas a receber 80
Nota 10 – Caixa e depósitos bancários 81
Nota 11 – Capital próprio 81
Nota 12 – Financiamentos obtidos 82
Nota 13 – Fornecedores 91
Nota 14 – Outras contas a pagar 93
Nota 15 – Diferimentos 94
Nota 16 – Vendas e prestações de serviços 95

Nota 17 – Fornecimentos e serviços externos....96
Nota 18 – Gastos com o pessoal....97
Nota 19 – Outros rendimentos e ganhos....97
Nota 20 – Outros gastos e perdas....98
Nota 21 – Gastos com depreciações e amortizações....98
Nota 22 – Juros e gastos similares....98
Nota 23 – Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos....99
Nota 24 – Resultado por ação básico....99
Nota 25 – Partes relacionadas....99
Nota 26 – Garantias prestadas....100
Nota 27 – Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos nem divulgados noutras notas....100
Nota 28 – Divulgações exigidas por diplomas legais....100
Nota 29 – Eventos subsequentes....101
12 Relatório de Auditoria Externa....102
13 Relatório e Parecer do Fiscal Único....103

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Acionistas,

O presente relatório de gestão, referente ao exercício de 2024, é apresentado por um Conselho de Administração (CA) ainda formado por apenas dois Administradores. Até à data do presente relatório, não havia sido efetivada a recomposição dos órgãos sociais da AEB, já que o assunto foi retirado da ordem do dia da reunião da Assembleia-Geral realizada a 01 de dezembro de 2022, por solicitação do Acionista Estado.

A presente Administração tem dado respostas consistentes em todos os momentos cruciais da vida da empresa e continua a criar as condições para confrontar os grandes desafios que ainda persistem e representados por:

- Uma **conjuntura macroeconómica mundial** atual caraterizada por várias incertezas;
- Uma **reestruturação do setor elétrico nacional**, em curso, cujo impacto nos negócios da AEB não é ainda inteiramente conhecido ou quantificado;
- Uma **transição energética a nível nacional**, em curso, mas com atrasos na implementação do parque solar de 5 Megawatts previsto para a Ilha da Boa Vista, obrigando a AEB a recorrer a potência elétrica alugada adicional;
- Manifestação de **interesse por parte da AEB junto do Ministério da Indústria, Comércio e Energia (MICE), no sentido de assumir esse projeto de 5 Megawatts** e mobilizar parcerias estratégicas para a sua implementação;
- Uma **transição energética a nível dos grandes clientes da AEB** (e.g. CABOTEL, operadora dos hotéis RIU, ou EMICELA, CABO VERDE AIRPORTS), que ameaça reverter a tendência de crescimento do volume de negócios da empresa;
- Os **investimentos em curso** na produção de água, que requerem um acompanhamento técnico rigoroso desde a sua implementação à operacionalização e a dificuldade havida em recrutar quadros técnicos competentes para trabalhar na Boa Vista, com base no quadro remuneratório vigente; e
- A necessidade de um **reposicionamento estratégico da AEB**, em função das oportunidades e dos grandes desafios existentes,

reposicionamento esse **demonstrado no seu Plano Estratégico e Operacional (PEO), submetido aos Acionistas**.

A **situação económica, financeira e patrimonial da AEB** continua crítica e interpela a uma cooperação mais estreita e objetiva, com efeitos práticos, entre os órgãos sociais da empresa, cabendo aos acionistas um papel insubstituível na validação dos objetivos estratégicos e na mobilização do capital necessário para a recuperação da empresa no período pós-pandemia, capital sem o qual a continuidade da empresa continuará a estar ameaçada.

Dados os múltiplos problemas causados pela deterioração da situação patrimonial da empresa, e os desafios que se lhe colocam no âmbito da reestruturação do setor, impõe-se ainda uma melhor articulação com as tutelas setoriais, através da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE) e da Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE), por forma a assegurar o melhor alinhamento estratégico possível, a continuidade da empresa e o melhor atendimento das necessidades dos consumidores finais de água e energia na Boavista.

No passado recente, informações tão importantes como aquela relacionada com os graves atrasos verificados na implementação do parque solar da Boa Vista (5 MW) não foram tempestivamente partilhadas com a AEB, levando a que o planeamento operacional, feito em função desse parque, fosse deitado por terra e que fosse necessário recorrer ao aluguer de potência elétrica adicional à última hora, com custos significativos.

Neste mesmo contexto, a AEB vem discutindo com as autoridades competentes o apuramento do eventual défice tarifário decorrente do significativo aumento dos custos operacionais (e.g. aluguer de potência adicional, cujos custos de operação e manutenção não vêm sendo refletidos na estrutura de preços, pondo em causa a sustentabilidade da AEB). Assunto, devidamente apreciado com os acionistas mas também com os Senhores Ministro da Indústria, Comércio e Energia (MICE) e Secretário de Estado das Finanças (SEF).

A AEB tem participado de forma ativa na ***task force* de apoio à reestruturação do setor elétrico nacional**, todavia faltam clarificar e definir algumas das suas

preocupações, nomeadamente no que diz respeito (i) à necessidade de definição da relação comercial e os termos de troca com a Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde (EDEC), na fase transitória, em que a EDEC dependerá da infraestrutura comercial da AEB, ou (ii) ao acesso da AEB ao mercado da eletricidade no futuro, com foco nas energias renováveis.

Os ganhos resultantes das medidas de gestão implementadas nos últimos quatro anos (e.g. reforço da produção, alargamento da cobertura das redes de água e eletricidade ao Bairro Boa Esperança, em Sal-Rei, e povoados, introdução de novos sistemas e procedimentos comerciais, melhorias na gestão estratégica de pessoas, disciplina nas aquisições de bens e serviços, significativa redução dos encargos com os órgãos sociais, apoio na identificação de projetos estruturantes e mobilização de financiamento, como é o caso da nova dessalinizadora de 5.000 m^3/dia, etc) poderão não ser suficientes para garantir os equilíbrios necessários para o normal funcionamento da empresa, se não forem tomadas decisões de fundo quanto à cobertura dos prejuízos acumulados desde o início pandemia do COVID-19.

Se, por um lado, o **volume de negócios** da empresa atingiu máximos históricos absolutos em 2023 (1,8 milhões de contos, ou +20% do que o máximo histórico anterior, de 2019), e 2024 em (1,9 milhões de contos, ou +6% do que no ano anterior), por outro, o aumento dos preços dos combustíveis, dos encargos com a potência elétrica alugada a terceiros (na impossibilidade de reforçar o parque produtivo próprio) e o serviço da dívida a bancos e fornecedores, têm contribuído para o agravamento do **défice de tesouraria** da empresa, levando-o para níveis que precisam ser controlados e ajustados permanentemente.

O recurso sistemático ao **financiamento bancário** e ao adiamento das **obrigações correntes** da empresa, como forma de ultrapassar a ausência de qualquer cobertura dos prejuízos acumulados durante a pandemia por parte dos acionistas e garantir o abastecimento de água e energia na Ilha da Boa Vista, num cenário de crescente procura, está esgotado, conforme já havia sido alertado em relatório de gestão anteriores.

O **passivo total** da empresa atingiu em 2024 os 5,1 milhões de contos (um agravamento de 2% face a 2023), o que contribuiu para levar o **capital próprio**

para cerca 2,04 milhões de contos negativos (um agravamento de 15% face ao ano anterior).

Prevê-se que as **dificuldades de financiamento da AEB** persistam em 2025, mesmo com o aval do Estado de Cabo Verde, já que, seguramente, as regras prudenciais estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto entidade reguladora do setor financeiro, e a gestão do risco dos próprios bancos comerciais imporão limites ao endividamento adicional da AEB, muito próximos do esgotamento. A Administração da AEB tem estado outras alternativas e submetido aos acionistas para apreciação.

Acresce que, atualmente, na análise dos pedidos de crédito da AEB, a banca leva em conta não só o endividamento da empresa, mas também o elevado endividamento da Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM), principal acionista da AEB, resultando daí uma avaliação de risco desfavorável, como aliás se começou a verificar em 2023.

Importa referir que os reiterados alertas e **apelos do CA da AEB aos acionistas** quanto à situação financeira e patrimonial da empresa não têm surtido o efeito em tempo esperado, já que os prejuízos acumulados entre 2000 e 2023, continuam avultados, superiores a 1,7 milhões de contos, e não foram minimamente compensados por prestações suplementares de capital, apesar destes mesmos acionistas terem aprovado, por unanimidade, um reforço de capital de 534 mil contos inscrito no orçamento de 2023, em sede de Assembleia-Geral. Acresce a essa situação o facto de em outubro de 2024 a empresa ter obtido, junto à CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, mais um empréstimo de 330 mil contos, para reforço de tesouraria e pagamento parcial da dívida acumulada junto a importantes fornecedores.

As **medidas de gestão** possíveis, com ganhos aos níveis da receita, da cobrança, da contenção de custos (área de atuação do CA), não bastaram, e nem poderiam bastar, para repor o equilíbrio financeiro e patrimonial da empresa, dada a magnitude dos prejuízos acumulados com a pandemia, a partir de 2020.

Em suma, a continuidade da AEB precisa ser assumida com medidas efetivas, e só uma atuação concertada dos órgãos sociais da empresa, dos seus acionistas

e das tutelas setoriais, cada uma das partes com os instrumentos ao seu alcance, poderá fortalecer a AEB e consolidar a sua posição no território municipal da Boavista.

O CA tomou a iniciativa de elaborar um plano estratégico e um plano de negócios para os próximos cinco anos, na perspetiva de reposicionar a empresa face à conjuntura atual e relançá-la para o futuro. Este PEO foi apresentado ao Governo, às autoridades setoriais e está em apreciação dos acionistas para aprovação na próxima sessão da AG.

A Administração da AEB tem bem presentes as implicações do apoio financeiro para a política orçamental do Estado e para as contas públicas. Contudo, convém lembrar que a situação financeira atual da AEB decorre essencialmente de uma crise pandémica sem precedentes, que privou a empresa de cerca de 2 milhões de contos de receitas em 24 meses, e que a empresa continuou a garantir o fornecimento de água e energia na Boa Vista, sem interrupções significativas, mas com significativa deterioração da sua situação financeira e patrimonial. Nenhuma operadora privada estaria disponível para aceitar tal ónus, com sacrifício certo do retorno sobre o capital investido.

No campo operacional, a implementação do **Projeto de Reforço da Gestão Comercial e Operacional da AEB**, levada a cabo com a assistência técnica da AQUAPOR e apoio da Cooperação Luxemburguesa (LUXDEV), prosseguiu a bom ritmo, e com ganhos evidentes.

Foi feito o **cadastro georreferenciado dos clientes da AEB**, e adotado o **software comercial AQUAMATRIX**.

Houve progresso assinalável no sentido de permitir aos clientes da AEB fazer **pagamentos através da Rede Vinti4** (uma reivindicação antiga dos clientes), e na elaboração dos **procedimentos comerciais** necessários à melhoria da gestão comercial e da qualidade de atendimento aos clientes.

O software de contabilidade foi atualizado, sendo a nova versão – **Primavera v.10** – versão essa necessária para a integração com o novo software comercial e as plataformas utilizadas pela Estado na sua função de acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Ainda no plano interno, foram desenvolvidos instrumentos de gestão estratégica dos recursos humanos, colmatando falhas há muito persistentes. Com recurso a assistência técnica especializada foram desenvolvidos: (i) um novo **Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)**; (ii) um **Guia de Recrutamento e Seleção**; (iii) um **Manual de Descrição de Funções**; (iv) um **Plano de Formação Profissional**; e (v) um **Manual de Avaliação Anual de Desempenho**; instrumentos essenciais para a criação de um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento empresarial, e profissional dos colaboradores da AEB, tendo em vista a melhoria do desempenho global da empresa.

Face às perspetivas crescimento económico e de aumento da procura na Boa Vista, e uma vez celebrado o contrato entre o Governo de Cabo Verde com a UNICREDIT BANK AUSTRIA AG, para o financiamento da nova Unidade Dessalinizadora de 5.000 m^3/dia, foi dado continuidade às obras de instalação, conduzidas pela empresa austríaca UNIHA, acompanhadas pelo Staff Técnico da AEB.

No domínio das **relações-públicas**, a AEB continua a aprimorar o conteúdo da sua página oficial na rede social **Facebook**. A presença da empresa desta plataforma tem permitido divulgar as atividades e anúncios da empresa de forma clara e transparente, permitindo-lhe, assim, realçar o seu comprometimento com o desenvolvimento da ilha da Boa Vista, e erguer a sua reputação.

Na mesma linha de atuação, destacou-se a Responsável pelo Secretariado e Relações Públicas (mestranda em gestão de recursos humanos) para reforçar a liderança do Departamento de Recursos Humanos da AEB. Isto permitiu desenvolver um conjunto de iniciativas de formação e conversas abertas com os colaboradores, com o propósito de reforçar a coesão, a disciplina, a motivação e o bem-estar dos colaboradores nos seus postos de trabalho, e dar pessoas significativos na senda de tornar a empresa numa referência nacional a nível da qualidade do ambiente de trabalho.

Concluímos agradecendo a confiança em nós depositada para gerir a empresa em tempos de grandes desafios (e.g. alteração da estrutura acionista da AEB, gestão dos efeitos da pandemia, reestruturação do setor elétrico nacional, reforço da produção de água e energia com parcos recursos, reestruturação dos passivos

bancários, mobilização de parcerias técnicas estratégicas, etc.) e reiterando o nosso firme compromisso com o esforço de consolidação e de melhoria dos serviços prestados.

Pelo Conselho de Administração,

Hércules Jorge Vieira

Presidente

Rui Nobre Leite Cardoso Santos

Administrador Executivo

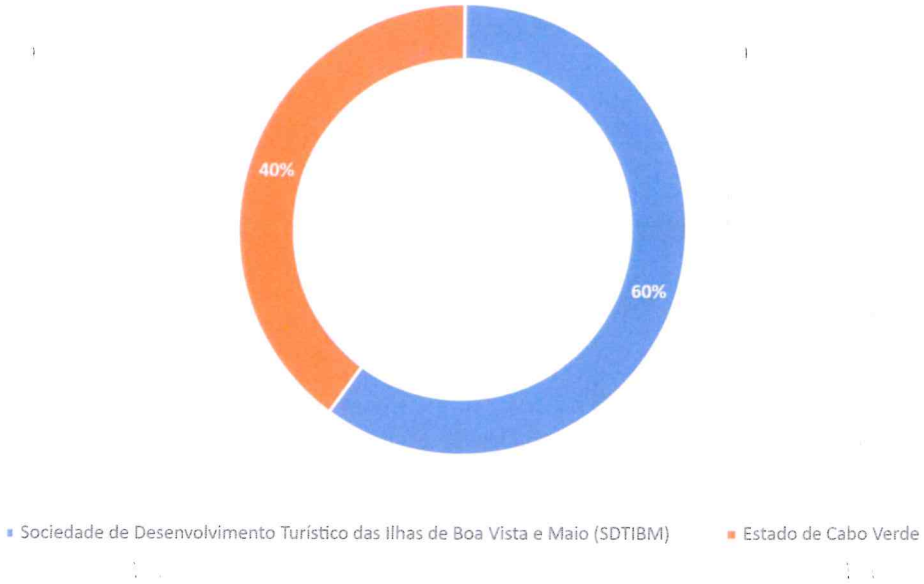
2. A AEB EM NÚMEROS (2024)

VOLUME DE NEGÓCIOS 1,9 milhões de contos +6%	**VAB** 0,3 milhões de contos +16%	**EBITDA** 0,1 milhões de contos +17%
RESULTADO LÍQUIDO - 0,3 milhões de contos +14%	**PASSIVO TOTAL** 5,1 milhões de contos -4,5%	**CAPITAL PRÓPRIO** -2,04 milhões de contos -15%
PRODUÇÃO DE ÁGUA 884.844 m^3 10,6% de Perdas Técnicas	**PRODUÇÃO DE ENERGIA** 47,22 GWh 8,17% de Perdas Técnicas	**NÚMERO DE COLABORADORES** 114 +1%

3. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A **estrutura acionista** da AEB manteve-se inalterada em 2023.



Os acionistas fundadores BUCAN e PROMOMAX optaram por deixar a empresa em 2022, e venderam as ações ao Estado de Cabo Verde.

ÓRGÃOS SOCIAIS

3.1.1 Assembleia Geral

Com a alteração dos estatutos e as nomeações aprovadas na reunião da Assembleia Geral de 1 de dezembro de 2022, a composição dos órgãos sociais da AEB passou a ser a seguinte:

Presidente da Mesa:	Eng.º Luís Nataniel Silva[1]
Secretário:	Por indigitar[2]

[1] Por indigitar, após a saída do PCA SDTIBM, Luís Silva
[2] O Senhor Manuel de Pina, anterior Secretário da Mesa da Assembleia-Geral, exerceu o seu mandato até 20 de novembro de 2021, data na qual abdicou do cargo.

5 ENQUADRAMENTO GERAL

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EXTERNO

Segundo o Banco de Cabo Verde (BCV), de novembro de 2024, a economia global registou crescimento moderado e estável, com destaque para a recuperação gradual da atividade económica na Área do Euro e no Reino Unido.

As economias avançadas, como a da Área do Euro, cresceram 0,8% em 2024, apesar das taxas de juros ainda elevadas. Os Estados Unidos da América experimentaram um abrandamento na sua atividade económica devido a efeitos da política monetária restritiva e o resultado das eleições presidenciais nesse país, que geraram alguma incerteza quanto à cooperação e comércio internacionais.

A inflação, embora em queda durante o ano, permaneceu acima da média devido à persistência da inflação nos serviços.

Nos mercados cambial e monetário, o Euro registou uma apreciação face ao Dólar Americano e as taxas de juro Euribor caíram, refletindo um relaxamento da política monetária.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO

Evolução da economia nacional

No plano interno, registou-se um crescimento da atividade económica no terceiro trimestre de 2024, embora a um ritmo mais moderado face ao trimestre anterior. A **procura interna** cresceu moderadamente e o **investimento** manteve a sua trajetória descendente, conforme indicado pela redução das importações de materiais de transporte (e.g. aeronaves, que tiveram impacto significativo no investimento verificado no trimestre anterior). A evolução das importações de **bens de consumo** duradouros e não duradouros foi positiva.

A fraca procura em determinados setores, os elevados custos de produção e de construção, os critérios de concessão de crédito ligeiramente mais restritivos, e as dificuldades financeiras de algumas empresas contribuíram para a moderação do investimento.

A **procura externa líquida** registou uma melhoria ténue face ao trimestre anterior em resultado das variações sazonais da procura turística.

Do lado da oferta, registaram-se reduções no **Valor Acrescentado Bruto (VAB)** nos ramos da construção (-5,3% face ao trimestre anterior) e um menor desempenho dos setores de transportes e armazenagem, alojamento e restauração, indústria transformadora.

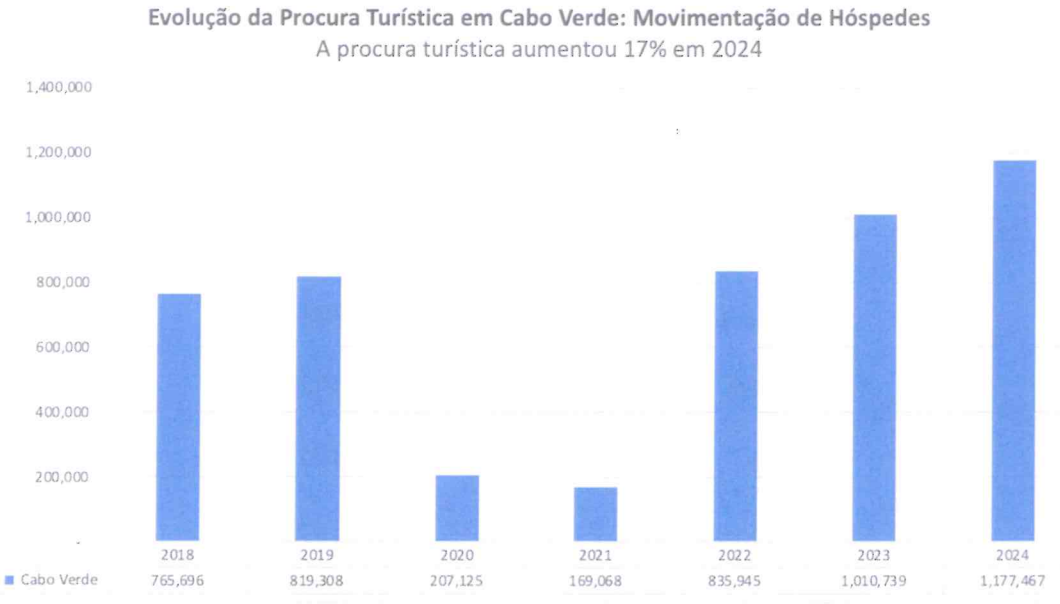
Os **impostos líquidos de subsídios** registaram um crescimento de 7,1%, um crescimento menor do que os 9,4% registados no trimestre anterior.

As pressões inflacionistas mantiveram-se em trajetória descente, com as **taxas de inflação** média e homóloga no mês de setembro a caírem para 1%, quando no mês de junho situavam-se em 1,4% e 1,9%, respetivamente.

O perfil descendente da taxa de inflação homóloga espelha o abrandamento registado na variação de preços, sobretudo das classes de "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas", "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" e transportes, que passaram de 2,2%, 2,8% e 3,7% em junho para 0%, 1,8% e 1,2% em setembro de 2024.

Evolução recente do turismo em Cabo Verde

É importante sublinhar que cerca de 80% das receitas da AEB provêm do setor hoteleiro da Ilha da Boa Vista, com destaque para as grandes unidades hoteleiras que acolhem os turistas internacionais, maioritariamente europeus. Assim, um breve apanhado da evolução dos principais indicadores do desempenho da ilha enquanto destino turístico de referência no panorama nacional e a sua comparação relativamente à Ilha do Sal e a Cabo Verde, como um todo, fornecerá dados para análise da evolução dos negócios da AEB.



Ultrapassada a pandemia provocada pelo coronavírus COVID-19, o destino Cabo Verde registou máximos históricos na movimentação de hóspedes em 2022 e 2023, com registo de 835.945 hóspedes em 2022 e 1.010.739 hóspedes em 2023.

De assinalar, ainda, que enquanto o turismo cabo-verdiano crescera a 7% em 2018 e 2019, a taxa de crescimento do número de hóspedes fixou-se nos 21% em 2023, o que constitui um sinal encorajador quanto ao futuro do setor.

Na origem do crescimento verificado estará o efeito do levantamento das restrições às viagens internacionais a partir de 2022, dando aso à procura até então reprimida, a expansão da oferta hoteleira, a melhoria das acessibilidades, o aumento da notoriedade do destino a nível internacional, a realização de eventos de projeção internacional e avanços na qualificação dos vários destinos regionais, no âmbito nacional.

No tocante à Boa Vista, os mercados turísticos emissores mais expressivos em 2023 foram os seguintes:

Principais Mercados Turísticos Emissores (Chegadas)

Posição	Mercado Emissor	Hóspedes
1º	Reino Unido	334.406
2º	Alemanha	**123.039**
3º	Bélgica e Holanda	111.298
4º	Portugal	110.502
5º	França	103.021
6º	Suécia	45.433
7º	Itália	44.055
8º	República Checa	39.650
9º	Polónia	39.301
10º	Espanha	33.321

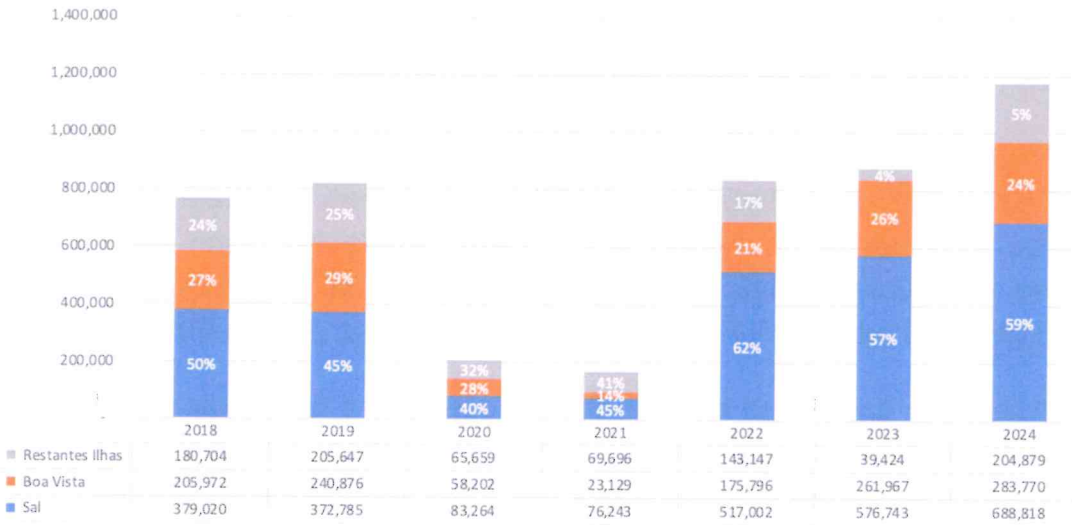
De salientar o seguinte:

1. Todos estes principais mercados turísticos emissores pertencem à União Europeia, exceto o Reino Unido, que, com o Brexit, deixou a união, formalmente, a 31 de janeiro de 2020. A economia cabo-verdiana e, particularmente, a economia da Boa Vista estão fortemente acopladas à economia da União Europeia.
2. Os três principais mercados emissores – Reino Unido (1º), Alemanha (2º) e Bélgica e Holanda (3º) – mantiveram os seus lugares na classificação face ao ano anterior.
3. Portugal ficou no 4º lugar, em substituição da França que caiu para o 5º lugar.
4. A Suécia subiu do 9º lugar em 2023 para o 6º lugar em 2024.
5. A República Checa subiu do 10º para o 8º lugar.

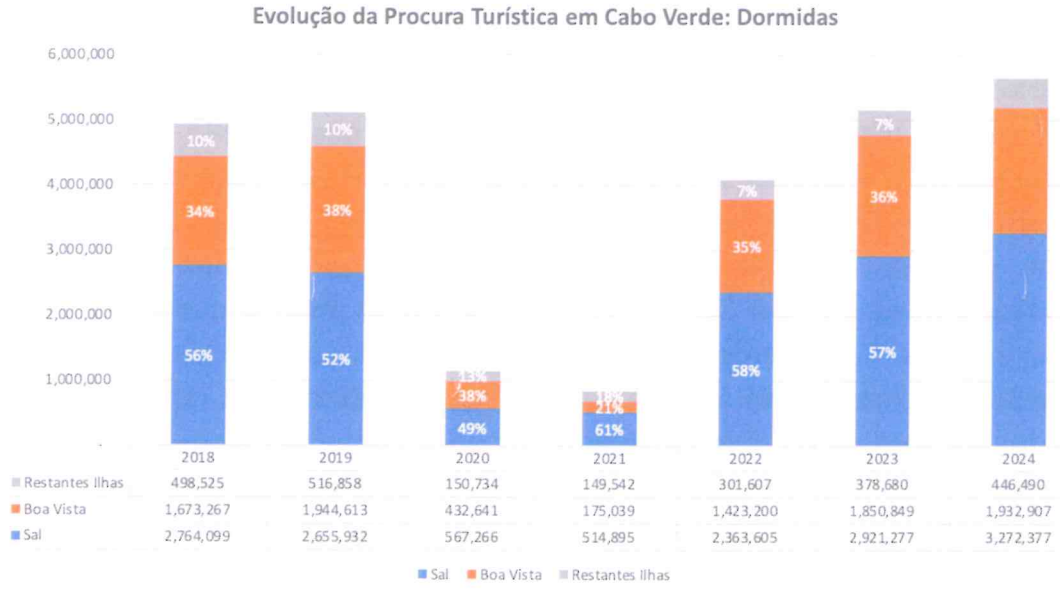
6. A Polónia caiu do 7º para o 9º lugar e a Espanha, do 8º para o 10º lugar.
7. A Ilha da Boa Vista manteve a sua posição de segundo maior destino turístico regional em Cabo Verde, em termos da movimentação de hóspedes e do número de dormidas. Contudo, a sua contribuição para a movimentação de hóspedes caiu de 26% em 2023 para 24% em 2024 (enquanto a contribuição da Ilha do Sal aumentou de 57% para 59% no mesmo período. O número de hóspedes registados na Boa Vista aumentou apenas 8% em 2024, crescendo, portanto, menos que o Sal (+19%) e do que Cabo Verde, como um todo (+16%), o que reflete a maior atratividade e dinâmica do Sal, um destino mais maduro, com reflexo a nível das infraestruturas (e.g. infraestruturas sanitárias e aeroportuárias), da oferta diferenciada de produtos e serviços turísticos complementares ao alojamento (e.g. restaurantes, bares, entretenimento, etc.)

Evolução da Procura Turística em Cabo Verde: Movimentação de Hóspedes

A Boa Vista reduziu a sua contribuição para a movimentação de hóspedes em 2024



	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Restantes Ilhas	180,704	205,647	65,659	69,696	143,147	39,424	204,879
Boa Vista	205,972	240,876	58,202	23,129	175,796	261,967	283,770
Sal	379,020	372,785	83,264	76,243	517,002	576,743	688,818



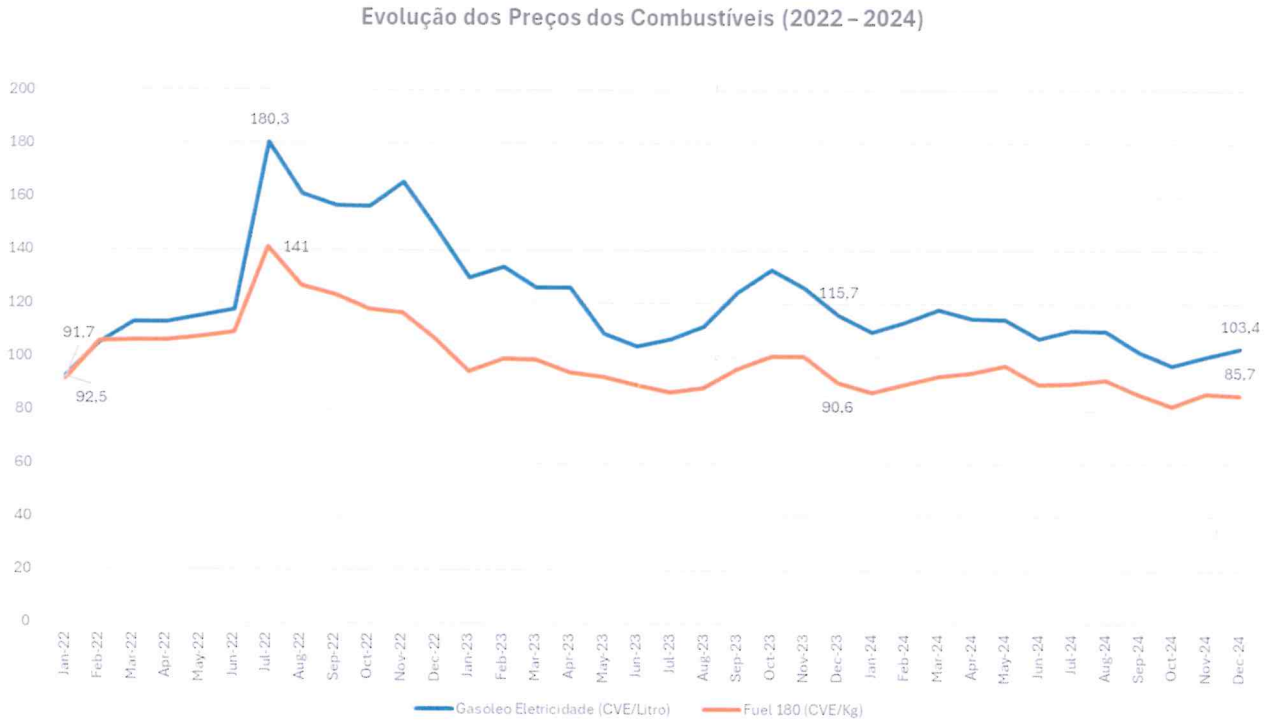
Ao contrário do que havia sucedido em 2023, o crescimento das dormidas na Boa Vista (+4%) ficou aquém do crescimento verificado, quer no Sal (+12%), quer nas restantes ilhas (+18%), ou, ainda, em Cabo Verde, no seu todo (+10%).

Para estes resultados diferenciados poderão estar a contribuir vários fatores, e.g. os transportes, o investimento hoteleiro e imobiliário (incluindo remodelações e encerramentos temporários de hotéis, que poderão ainda ter como causa mudanças de operadores hoteleiros, como foi o caso da substituição da IBEROSTAR pela VOI e da NEW HORIZONS pela BARCELÓ, na Boa Vista).

A crescente dinâmica do turismo cabo-verdiano poderá vir a beneficiar a AEB ainda mais, a médio e longo prazos, se a empresa se mantiver atuante e puder ser competitiva no mercado de energia da Boa Vista, pós reestruturação do setor.

Isto porque, segundo informações colhidas junto à SDTIBM, há importantes projetos de investimento hoteleiro em carteira, em Lacacão e Porto de Santa Mónica (ZDTI de Santa Mónica) e ainda na ZDTI de Chave, onde deverá ser retomado um importante investimento hoteleiro de cerca de 500 quartos que fora adiado devido à pandemia.

Contudo, recuando a janeiro de 2022, os preços do fuel e do gasóleo têm variado de forma distinta. Em dezembro de 2024, o gasóleo estava significativamente mais caro do que em janeiro de 2022, enquanto o preço do fuel 180 caiu. Contudo, o impacto global da evolução dos preços dos combustíveis no desempenho económico da empresa foi negativo, pois muitos grupos operam a gasóleo.



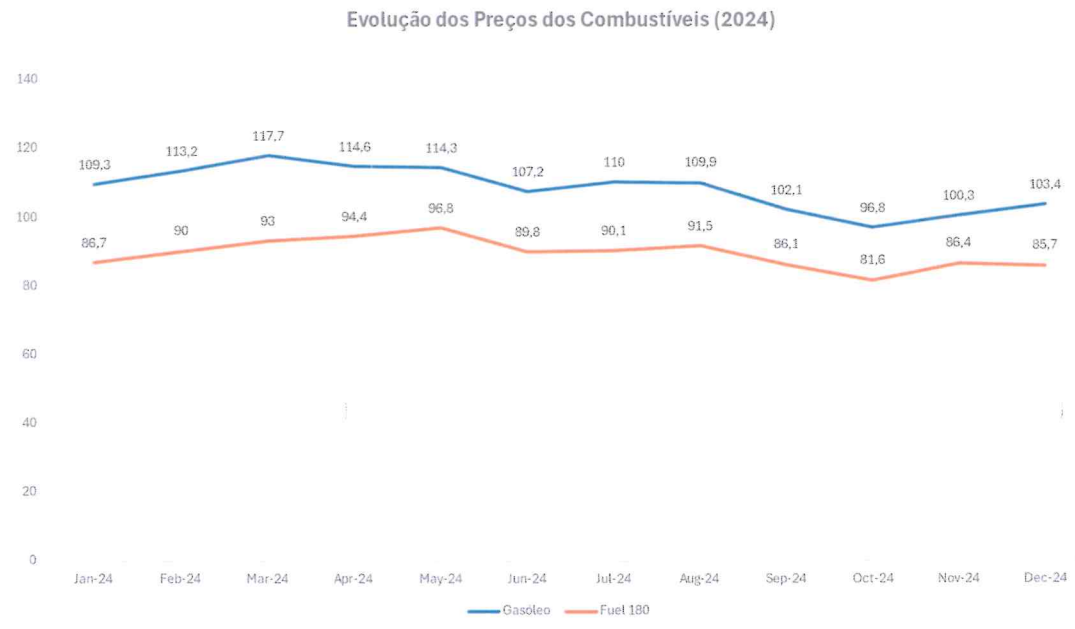
Em 2024, as **tarifas de eletricidade** foram revistas em baixa em todos os escalões, em linha com a redução dos preços dos combustíveis, e apesar do aumento dos custos de produção de eletricidade da AEB, aumento esse devido, essencialmente, à necessidade de alugar potência adicional para compensar a não realização do parque solar da Boa Vista e avarias decorrentes da obsolescência de alguns equipamentos próprios. A evolução do tarifário de eletricidade é mostrada do gráfico seguinte.

Entretanto, é de salientar a crescente tendência para a autoprodução por parte de grandes clientes da AEB (e.g. CABOTEL/RIU HOTELS & RESORTS), o que constitui uma ameaça para os negócios da AEB e suscita respostas adequadas da empresa para adaptação a esta realidade.

ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

Em termos normativos, não houve alterações significativas no ambiente regulatório que envolve os negócios da AEB: água, energia e saneamento. Contudo, a Agência de Regulação Multissetorial da Economia (ARME) está a trabalhar num novo modelo tarifário para o mercado da eletricidade.

Durante 2023, os **preços dos combustíveis** foram ajustados mensalmente pela ARME, conforme ilustrado no gráfico seguinte.



Em final de dezembro de 2024, os preços dos combustíveis eram inferiores aos preços tabelados no início do ano. O preço do gasóleo baixou 5.3% e a redução do preço do fuel 180 foi de 1%.

3.1.2 Conselho de Administração3

Presidente:	Eng.º Hércules Jorge Vieira
Administrador Executivo:	Dr. Rui Nobre Leite Cardoso Santos

3.1.3 Fiscal Único

Dr. Luís Alberto da Silva Aguiar

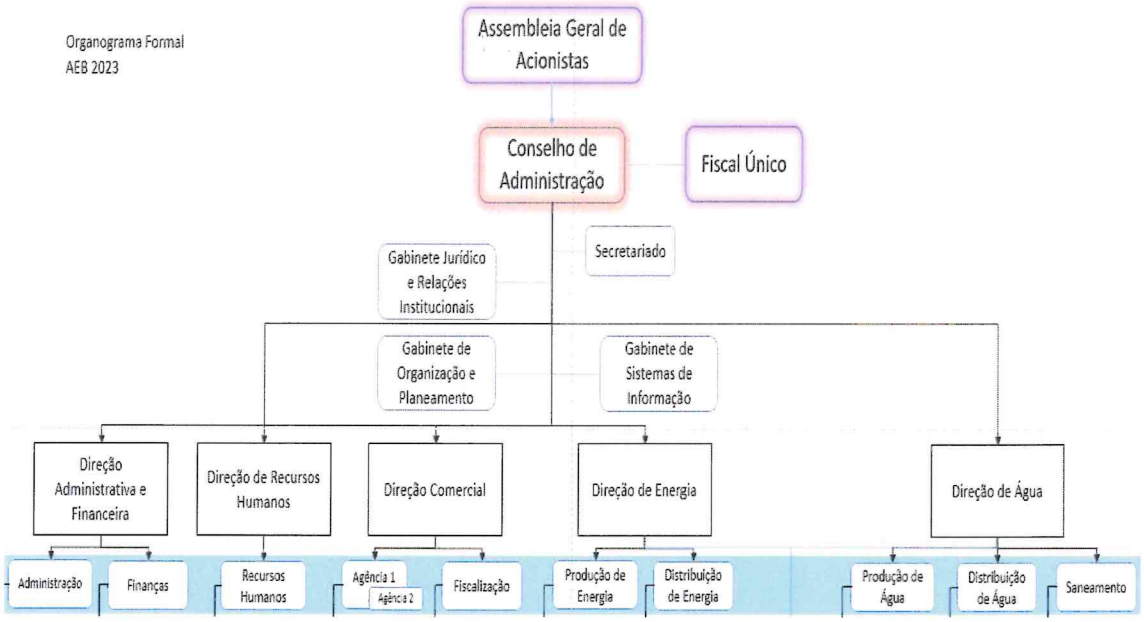
[3] Os Administradores Hércules Vieira e Rui Nobre Leite Cardoso Santos tomaram posse a 1 de julho de 2019, juntamente com o Administrador João Pedro Lima Spencer, que, a seu pedido, deixou de exercer funções na AEB a 17 de agosto de 2021. Em junho de 2020, os Administradores que até então representavam os acionistas privados BUCAN e PROMOMAX abdicaram dos seus cargos, em antecipação da saída destes acionistas da estrutura acionista da AEB que se veio a concretizar mais tarde.

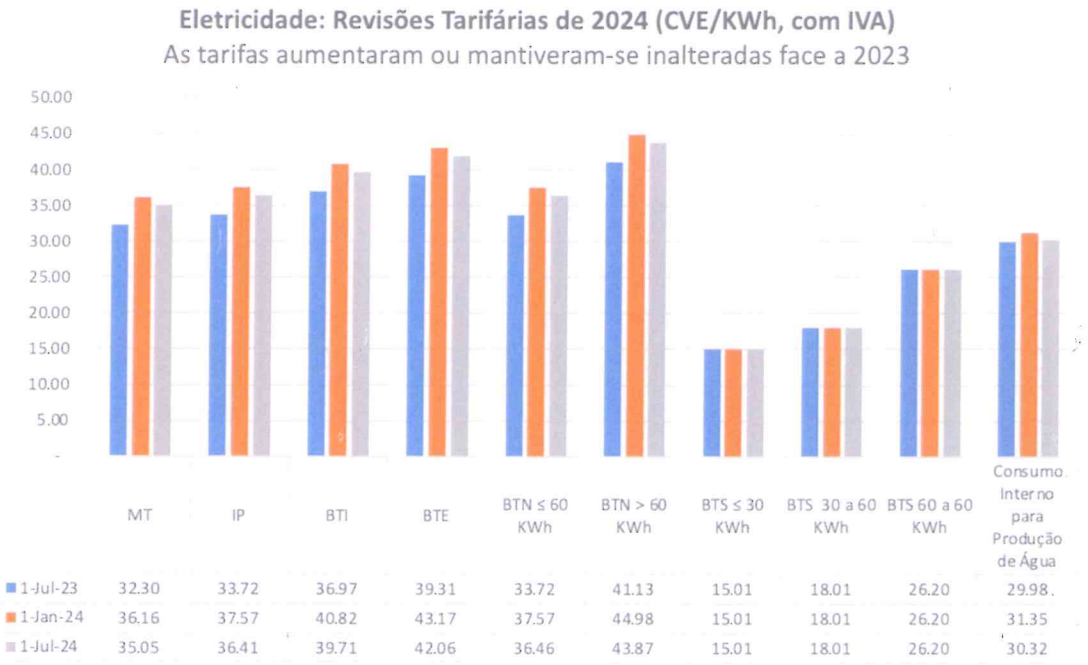
4 ORGANIGRAMA

O organigrama da AEB foi atualizado em 2023, na sequência das alterações estatutárias de dezembro de 2022 (a Comissão Executiva deixou de existir e o Conselho Fiscal foi substituído por um Fiscal Único), e das alterações orgânicas que foram introduzidas tendo em vista melhorias do desempenho organizacional.

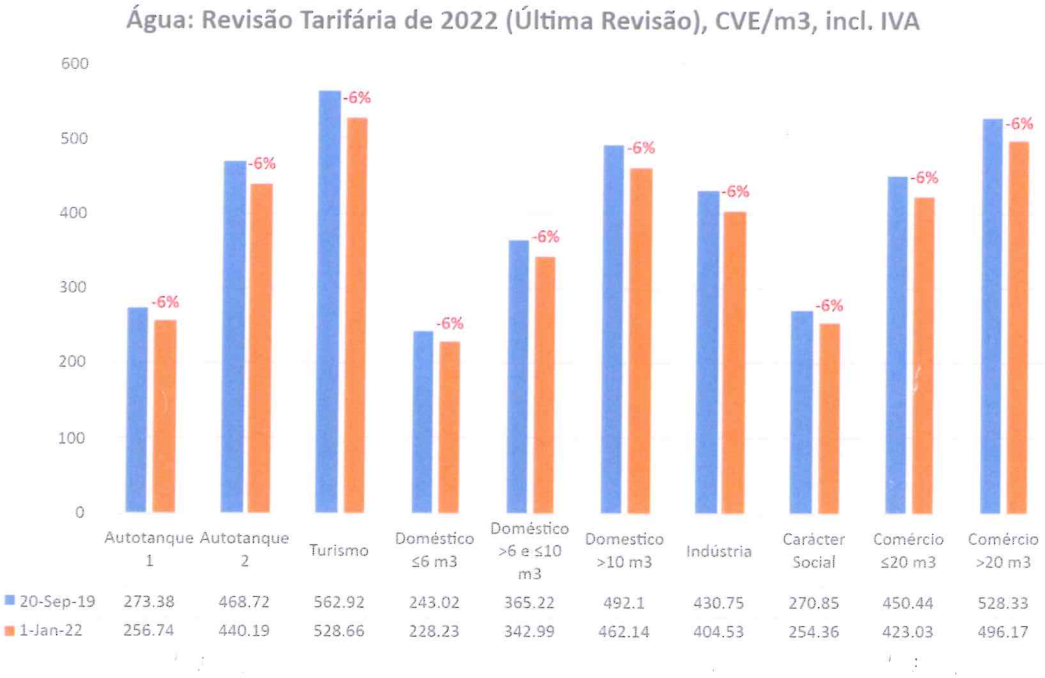
A nova estrutura orgânica, assim como os novos instrumentos de gestão estratégica de pessoas, foram concebidos com o apoio de uma assistência técnica especializada.

Organigrama





Não houve qualquer revisão tarifária no setor da água em 2024, pelo que, durante o ano, valeram as tarifas fixadas em 1 de janeiro de 2022, que são as que se apresentam no gráfico seguinte.


Água: Revisão Tarifária de 2022 (Última Revisão), CVE/m3, incl. IVA
600
500
400
300
200
100
0
-6%
Autotanque 1
Autotanque 2
Turismo
Doméstico ≤6 m3
Doméstico >6 e ≤10 m3
Domestico >10 m3
Indústria
Carácter Social
Comércio ≤20 m3
Comércio >20 m3
20-Sep-19 273.38 468.72 562.92 243.02 365.22 492.1 430.75 270.85 450.44 528.33
1-Jan-22 256.74 440.19 528.66 228.23 342.99 462.14 404.53 254.36 423.03 496.17

6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2024

As atividades desenvolvidas em 2024, com maior ou menor dificuldade, e num contexto marcado por incertezas de vária ordem (e.g. financiamento da empresa, efeitos da reestruturação do setor elétrico nacional no negócio da AEB, etc.), permitiram, ainda assim, continuar a trajetória de recuperação da empresa no pós-pandemia. Importa destacar as seguintes realizações:

ATIVIDADE OPERACIONAL

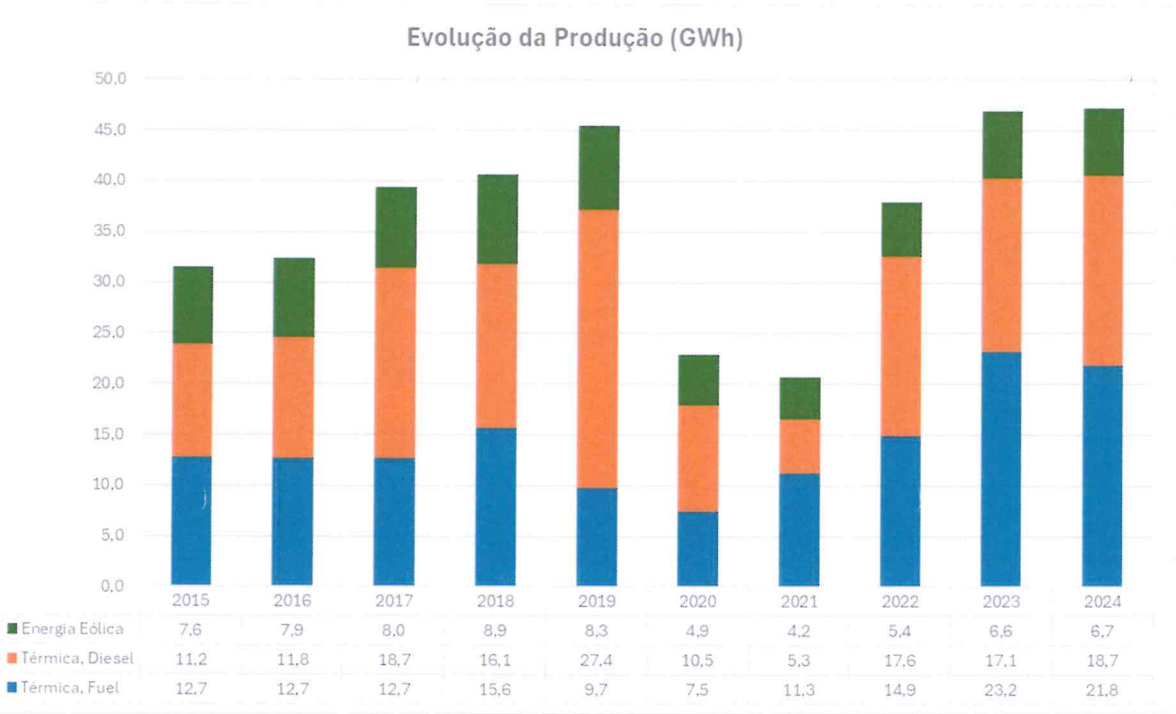
6.1.1 Produção de Eletricidade



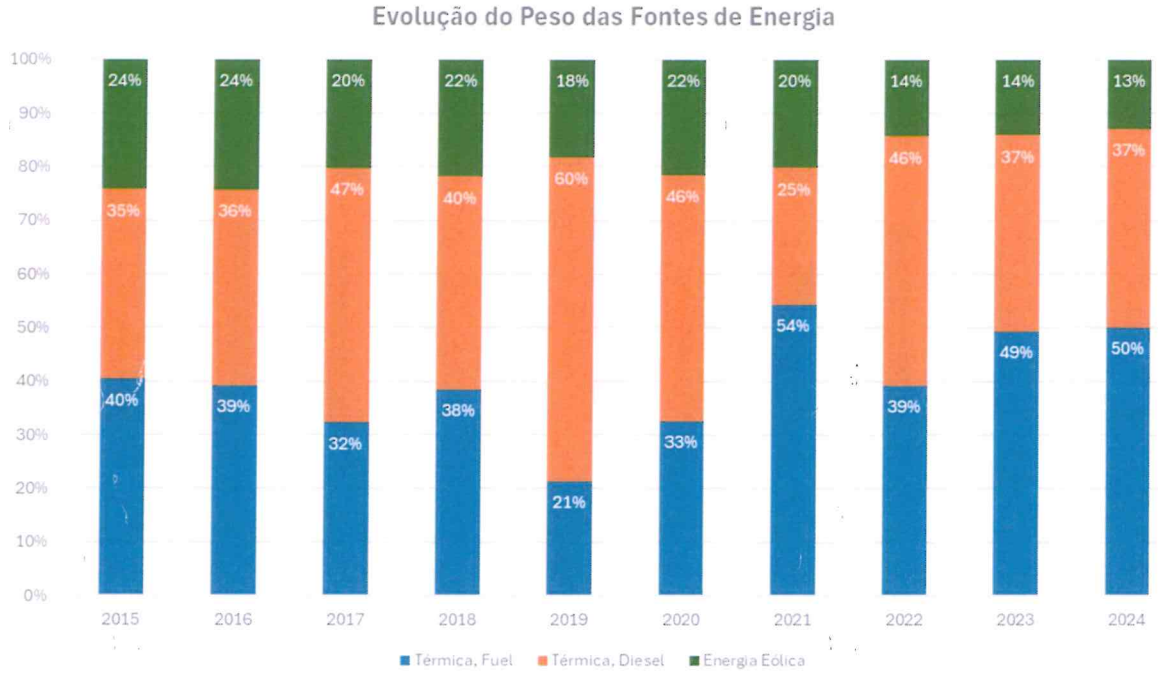
A produção de eletricidade é, por ora, deficitária. A última revisão tarifária periódica de fundo foi realizada em 2008, conforme atestado em recente relatório produzido por uma missão de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estima-se que o défice tarifário acumulado desde então, ainda sem compensação pelo Estado, ultrapasse os 400 mil contos, esperando-se a confirmação deste valor pela Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME).

A compensação do referido défice tarifário é determinante para o reequilíbrio financeiro da AEB, mormente tendo em conta os prejuízos acumulados desde 2020 em resultado da pandemia do COVID-19, sem qualquer cobertura dos Acionistas. São assuntos que carecem de um olhar atento e de ações decisivas dos Acionistas e das autoridades nacionais, numa ótica de garantir a sustentabilidade de um ativo importante do sistema elétrico nacional (a AEB), seja pela via da cobertura dos prejuízos e reforço de capital, seja pela via da correção tempestiva dos défices tarifários que sejam efetivamente comprovados.

A produção de eletricidade atingiu os 47,22 GWh em 2024, um aumento de 1% face ao ano anterior, (2023 foi 46,90 GWh e houve o aumentou de 23%), e um máximo histórico absoluto (+3% do que o anterior máximo histórico realizado em 2019, pré-pandemia).

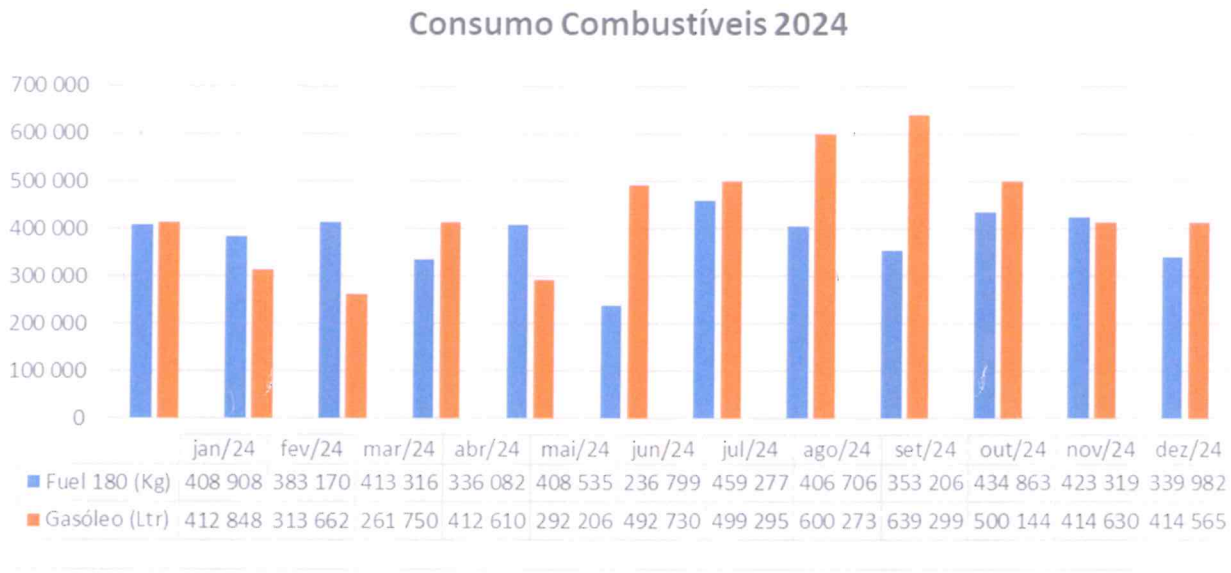


	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Energia Eólica	7,6	7,9	8,0	8,9	8,3	4,9	4,2	5,4	6,6	6,7
Térmica, Diesel	11,2	11,8	18,7	16,1	27,4	10,5	5,3	17,6	17,1	18,7
Térmica, Fuel	12,7	12,7	12,7	15,6	9,7	7,5	11,3	14,9	23,2	21,8

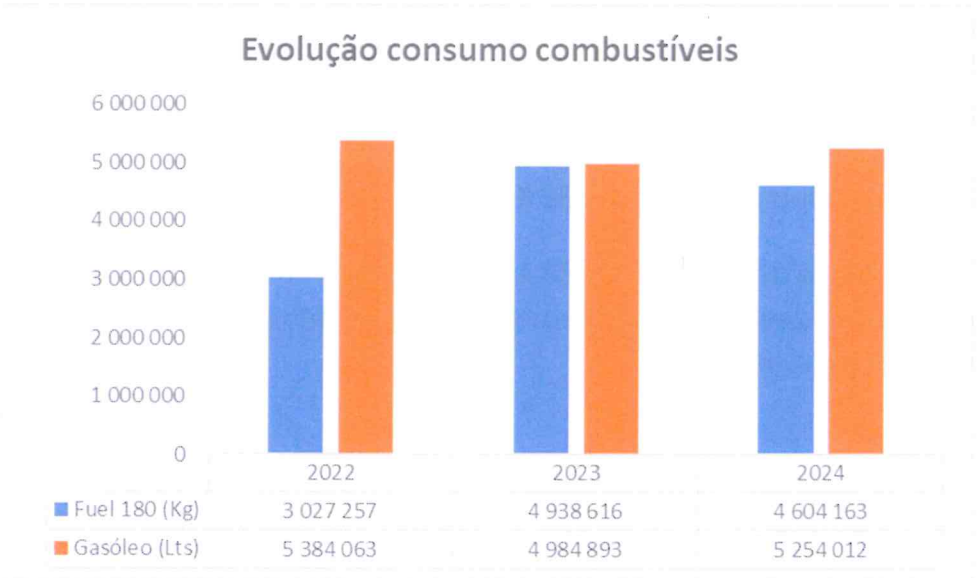


Em termos de **fontes de energia**, o peso da **energia eólica** manteve-se inalterado face ao anterior, situando-se nos 14,16% (2023, igual 14%). Na **produção térmica**, o peso do **fuel** diminuiu 3,13%, passando de 49.39% para 46.26%, o que se deve essencialmente à menor utilização dos geradores HYUNDAI, devida ao maior período de manutenção dos dois grupos. Mantendo-se o peso da energia eólica constante, houve necessariamente o aumento do peso do **diesel**, que passou de 36% para 39%.

Globalmente, o **consumo de combustíveis** aumentou ligeiramente face ao ano anterior, o que se deveu essencialmente ao reforço da capacidade de produção disponível e o aumento da procura.



Passou-se a utilizar mais gasóleo do que fuel a partir de junho, devido à habitual menor produção de energia eólica entre julho e dezembro de cada ano. (A utilização de fuel é limitada pelo facto de a AEB contar atualmente com apenas dois geradores a fuel no seu parque produtivo.)



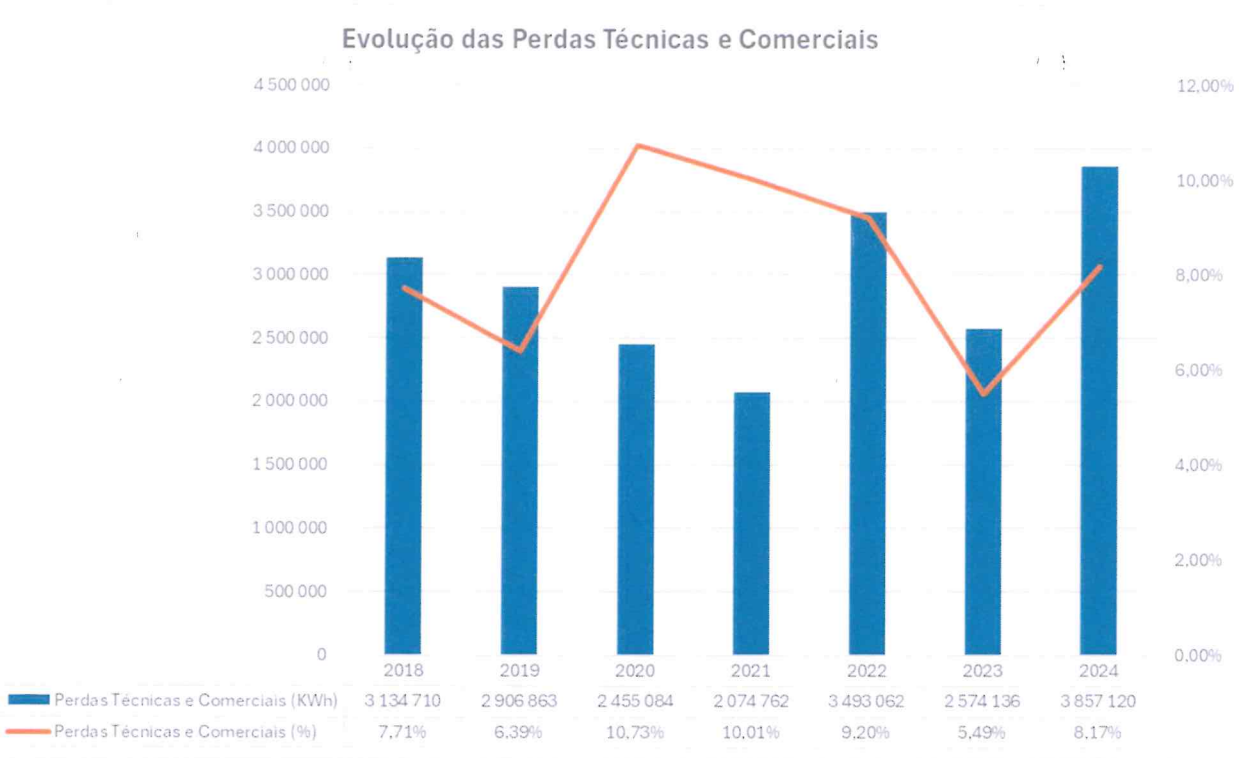
Em termos anuais, o consumo de gasóleo aumentou 3% face ao ano anterior, enquanto o consumo de fuel 180 diminuiu 6,3%, resultado da menor utilização

dos geradores a fuel (HYUNDAI) devido a períodos mais prolongados de manutenção, obrigando ao maior uso dos grupos a gasóleo.

Importa aqui deixar uma nota de especial reconhecimento à ENACOL, que, não obstante as ocasionais dificuldades de tesouraria que levaram a AEB a ultrapassar o plafond de crédito contratualmente estabelecido e a acumular faturas vencidas, nunca deixou de fornecer os combustíveis necessários para garantir a produção.

As **perdas globais no setor energético** aumentaram para 8,17%, mesmo assim abaixo da média dos 5 anos anteriores (8,8%).

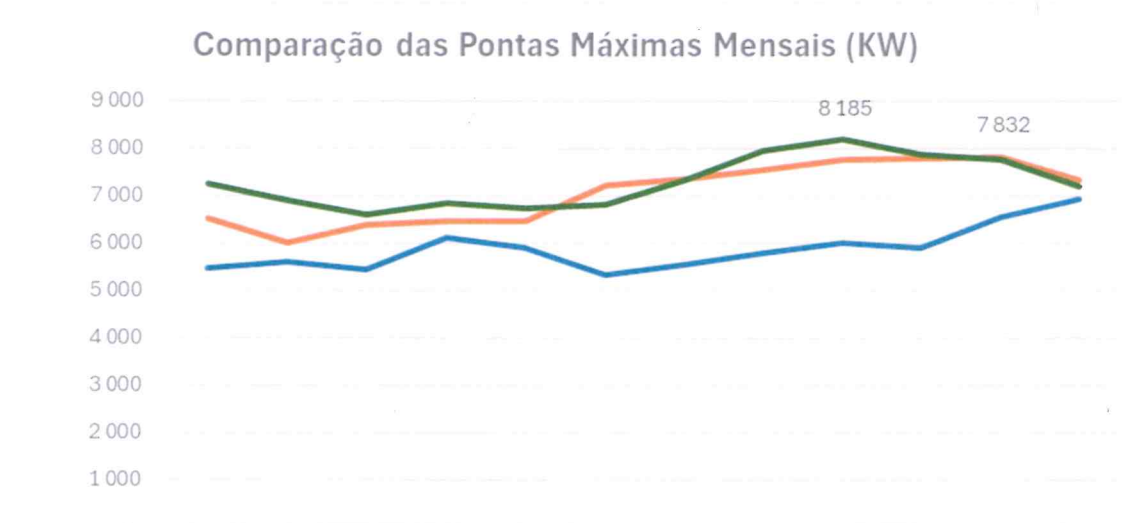
O desempenho a nível das perdas globais é ainda mais notável quando comparado com os dados de 2013, quando as perdas globais chegavam a 21,3%.



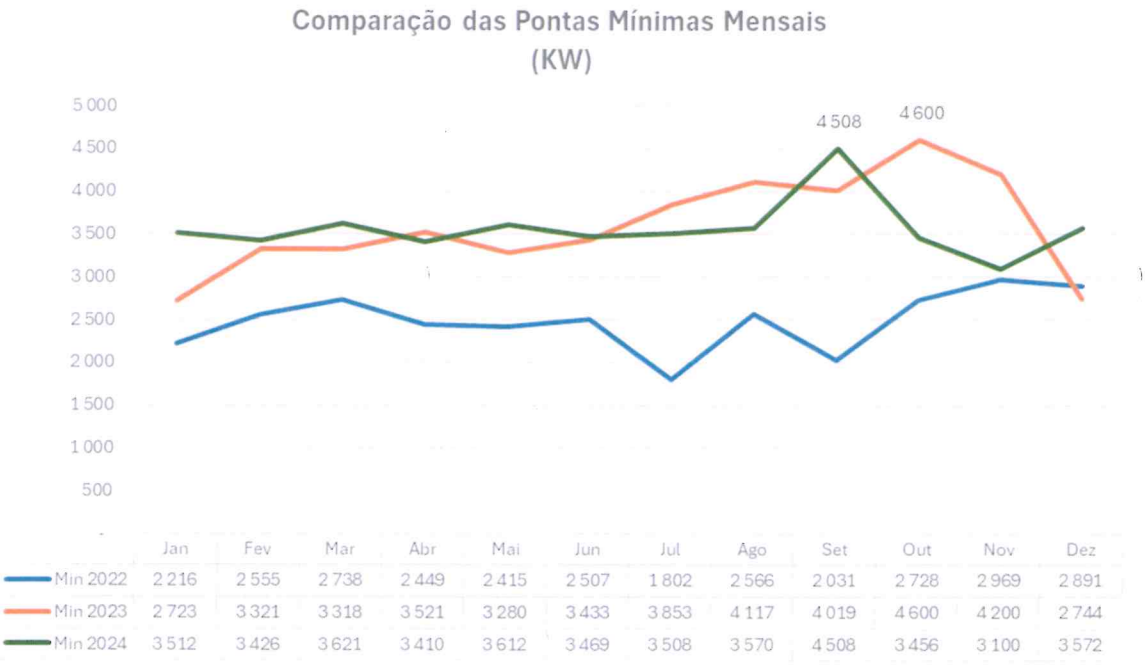
Importa salientar que, ainda em 2024, a produção térmica da AEB dependeu exclusivamente da potência alugada, já que o parque produtivo alugado se

manteve inalterado, aguardando a recuperação de um dos grupos próprios e a possibilidade de devolução de parte desses geradores.

Ao longo de 2023, a produção em hora de ponta superou a produção do ano anterior, tendo atingido máximo de 8,1Kwp contra os 7,7 de 2023, um reflexo do aumento da procura.



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Max 2022	5 456	5 590	5 430	6 109	5 900	5 329	5 556	5 786	6 021	5 896	6 561	6 925
Max 2023	6 521	6 007	6 398	6 467	6 456	7 226	7 348	7 541	7 762	7 791	7 832	7 340
Max 2024	7 258	6 899	6 592	6 833	6 725	6 820	7 339	7 945	8 185	7 868	7 770	7 200



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Min 2022	2 216	2 555	2 738	2 449	2 415	2 507	1 802	2 566	2 031	2 728	2 969	2 891
Min 2023	2 723	3 321	3 318	3 521	3 280	3 433	3 853	4 117	4 019	4 600	4 200	2 744
Min 2024	3 512	3 426	3 621	3 410	3 612	3 469	3 508	3 570	4 508	3 456	3 100	3 572

As pontas mínimas e máximas na produção de energia em 2023, comprovam o aumento da procura face ao ano anterior e ao período pré-pandemia.

A 31 de dezembro de 2024, a potência disponível somava 12.540 KW, distribuída pelos geradores alugados: HYUNDAI (2 x 1.710 KW), CUMMINS (3 x 1.000 KW) e YANMAR (6 x 1.020 KW).

O setor de produção de água e saneamento consumiu cerca de 9% do total da energia produzida pela AEB (4,04 GWh).

A melhoria da produção de eletricidade tem constituído o principal desafio operacional da AEB nos últimos anos, resultado de um parque produtivo maioritariamente obsoleto e de um **modelo de gestão da central elétrica** (terceirização, à empresa NORTIA) herdado em 2019 e que se revelou incapaz de garantir a operacionalidade e a manutenção dos equipamentos produtivos.

Assim, e após sucessivas tentativas falhadas de fazer a **NORTIA** melhorar o seu desempenho e cumprir as suas obrigações contratuais na íntegra, a AEB comunicou a essa empresa a resolução do contrato de prestação de serviços

celebrado em 2018, com efeito a partir de 02 de janeiro de 2023. Isto resultou, de imediato, numa poupança mensal de CVE 5.844.000

A produção melhorou, efetivamente, devido à utilização de equipamentos mais modernos, eficientes, e adequados à operação da AEB. Contudo, as poupanças realizadas, e.g. a nível dos combustíveis, foram anuladas pelo significativo aumento dos custos com o aluguer de geradores.

A necessidade de uma **auditoria técnica à gestão e aos equipamentos da central elétrica da AEB** foi identificada desde 2020, tendo a Administração da AEB solicitado, à Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE) e à Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE) a inclusão desta auditoria no âmbito da assistência técnica de suporte ao processo à reestruturação do setor elétrico nacional (*unbundling*) e privatização da ELECTRA. Contudo, a solicitação da AEB só foi atendida, parcialmente, em maio de 2023, quase 3 anos depois.

A referida auditoria foi realizada por uma equipa da ELECTRA (com apoio dos técnicos do Departamento de Produção de Energia da AEB), tendo esta equipa produzido um relatório com a **caracterização do estado dos equipamentos existentes** (muitos em estado de inoperacionalidade) e um conjunto de **recomendações**.

Foi ainda avaliada a **possibilidade de recuperação de dois geradores WARTSILA**, inativos, sendo estes os geradores da propriedade da AEB com a maior potência (1.620 KW cada), com apoio do próprio fabricante.

Para além de se constatar que a gestão da NORTIA havia deixado os equipamentos em péssimo estado de conservação (estavam, afinal, inoperacionais), chegou-se a um orçamento proibitivo para a recuperação dos dois geradores, mormente na situação financeira vivida pela AEB. A Administração seria, então, obrigada a procurar alternativas menos onerosas para o reforço da capacidade própria de produção de eletricidade e redução da dependência do aluguer de potência a terceiros, o que levou à decisão para a **recuperação de um outro grupo MITSUBISHI,** devendo estar em operação início de 2025.

Contudo, a não concretização do parque fotovoltaico de 5 Megawatts (MW) da Boa Vista e avarias graves nos equipamentos próprios de produção obrigaram a AEB a recorrer a 3 MW de **potência alugada adicional**, com custo mensal adicional de aproximadamente CVE 13 milhões (aluguer, operação e manutenção), contrariando, assim, a expetativa de redução da dependência do aluguer de potência a terceiros.

Neste sentido a AEB tomou a iniciativa de requerer ao Governo o mandato formal para assumir a realização deste projeto, podendo recorrer a uma parceria estratégica para o efeito. Com o referido mandato a AEB, de imediato, efetuará as diligencias necessárias para introduzir a produção fotovoltaica na sua linha produção, reforçando o seu papel de produtor de energia, com foco em energias renováveis.

6.1.2 Transporte e Distribuição de Energia Elétrica

As intervenções de maior relevo foram as seguintes:

- Manutenção e melhoria nos **postos de transformação** e seccionamentos;
- Substituição dos equipamentos do Posto de Transformação (PT) do Rabil), dotando-o de **maior potência instalada**, tendo em vista a expansão da rede para a nova zona industrial;
- Expansão da rede de Baixa Tensão (MT) na **zona industrial do Rabil**;
- Manutenção preventiva e melhoria nas redes de media tensão;
- A ativação da **rede subterrânea de media tensão (LMT) na Zona Norte,** entre Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarrafes e a desativação da rede aérea pré-existente (rede construída nos anos 80);
- A expansão da rede de **iluminação pública em toda a ilha**, utilização parcialmente as lâmpadas LED na rede de iluminação pública, com a implementação de cerca de 200 pontos de iluminação, a saber:
  - João Galego = 15 pontos.
  - Fundo das Figueiras = 12.
  - Cabeça dos Tarrafes = 5.
  - Bofareira = 6.
  - Rabil = 18.
  - Estância de Baixo = 12.

- Povoação Velha =12.
- Sal Rei = 122

- A expansão da rede de baixa tensão (LBT) em toda a ilha;
- **Ligações domiciliares** no Bairro de Bao-Esperança (BBE);
- Supervisão das obras de instalação do **sistema solar fotovoltaico** na Parcela de Chaves, destinado à produção de água;
- Melhoria da rede de transporte e de distribuição de energia para a integração no **sistema SCADA**;

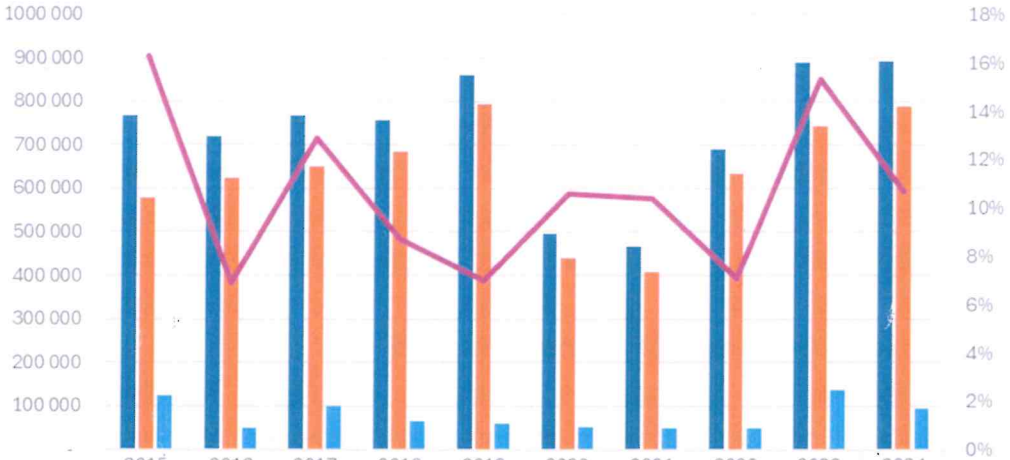
Globalmente, estas intervenções permitiram alcançar os seguintes resultados, todos eles eleitos como desafios para 2024:

- *Uma maior estabilidade da rede de transporte e de distribuição de energia;*
- *Melhorias na rede de iluminação pública e garantia de maior segurança noturna nos povoados;*
- *A ligação de novos clientes à rede pública de distribuição de energia com segurança; e*
- *A redução de perdas técnicas na distribuição de energia.*

6.1.3 Produção de Água

A **produção total de água potável** durante o ano de 2024 atingiu os 884.844 m^3 (*contra 888.733 m^3 em 2023*) ligeiramente inferior e quase na mesma proporção ao ano anterior. Mesmo assim ultrapassa a produção do ano de 2019 (último ano completo pré-pandemia), cujo volume foi de 859.396 m^3.

Evolução dos Indicadores de Produção e Distribuição de Água



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água Produzida (m3)	766 36	719 71	767 87	755 28	859 39	496 90	465 90	690 38	888 73	892 79
Água Faturada (m3)	578 66	622 43	650 13	683 55	793 28	439 72	408 12	635 27	744 25	788 59
Perdas Técnicas	124 66	49 473	98 837	65 813	60 024	52 459	48 306	48 866	136 13	95 246
Perdas Técnicas (%)	16%	7%	13%	9%	7%	11%	10%	7%	15%	11%

Os níveis de **perdas de água** em todo o sistema foram de 10,6% reduzindo aos níveis aceitáveis quando comparados com os níveis de perdas nos 15% verificados em 2023, (na altura deveu-se a várias intervenções realizadas na zona antiga da Cidade de Sal Rei por terceiros (i.e., não pela AEB), causando ruturas frequentes da rede local, também ela antiga. As intervenções de melhoria introduzidas pela AEB visam fomentar a tendência decrescente das perdas, mantendo-as abaixo dos 10%.

Apesar das dificuldades financeiras, a AEB conseguiu realizar **investimentos** importantes, tendo em vista a satisfação da procura de água, num contexto marcado pelo alargamento da cobertura das redes de distribuição de água canalizada e pelo crescimento turístico pós-pandemia.

Apresentam-se, assim, as seguintes realizações:

- Pela primeira vez e em parceria com um dos parceiros, foi possível conseguir realizar a **lavagem química das membranas** de duas dessalinizadoras, o que permitiu a recuperação 100% das membranas,

prolongando a vida útil das mesmas e, sobretudo, permitindo uma poupança de mais de oito (8) milhões de escudos na troca de membranas.

- A **renovação da rede de distribuição** permitiu substituir uma parte da rede de Estoril que apresentava sucessivas avariais e conseguintemente perdas de água e problemas de pressão nas habitações.
- No BBE foram criadas todas as condições em termos de realização dos ramais de ligação e lançou-se a campanha para as ligações domiciliárias no BBE mediante um procedimento simples de modo a facilitar a adesão. Esta ação permitiu que durante o ano (2024) fossem **ligados aproximadamente 200 clientes no BBE**.
- O **Sistema de captação e produção de Água na Zona Norte** foi analisado com as autoridades nacionais, (Agência Nacional de Água e Saneamento-ANAS, e ADR_ Águas de Rega), tendo sido identificado novas fontes de captação e mecanismo de financiamento que permitirá a deslocalização da dessalinizadora e produção de forma permanente, assegurando o abastecimento permanente.
- A população de Povoação Velha, no futuro próximo, será abastecida a partir da nova unidade de produção em Lacacão. Para o efeito, a AEB tem trabalhado em duas frentes (i) uma com a Infraestruturas de Cabo Verde (ICV) com vista a adequar o projeto inicial que previa levar água a partir do Rabil e (ii) com a UNIHA, na concretização da instalação da nova dessalinizadora de 5.000 m^3/dia em Lacacão. Os trabalhos decorreram na normalidade.

No cômputo global de 2024, foram realizadas 372 **novas ligações à rede pública de distribuição de água**, somando às 404 ligações realizadas em 2023. A AEB passou assim a contar com 3.982 ligações ativas à rede pública de água *(+2% face a 2023, com 3.916 ligações ativas*).

O setor da água representa 35,6% do número total de clientes da AEB.

A **capacidade produção da água instalada** (capacidade nominal) não se alterou e manteve-se nos 5.950m^3/dia em 2024, sendo esta distribuída por quatro centros de produção: Sal-Rei, Parcela Técnica de Chaves, Lacacão e Norte.

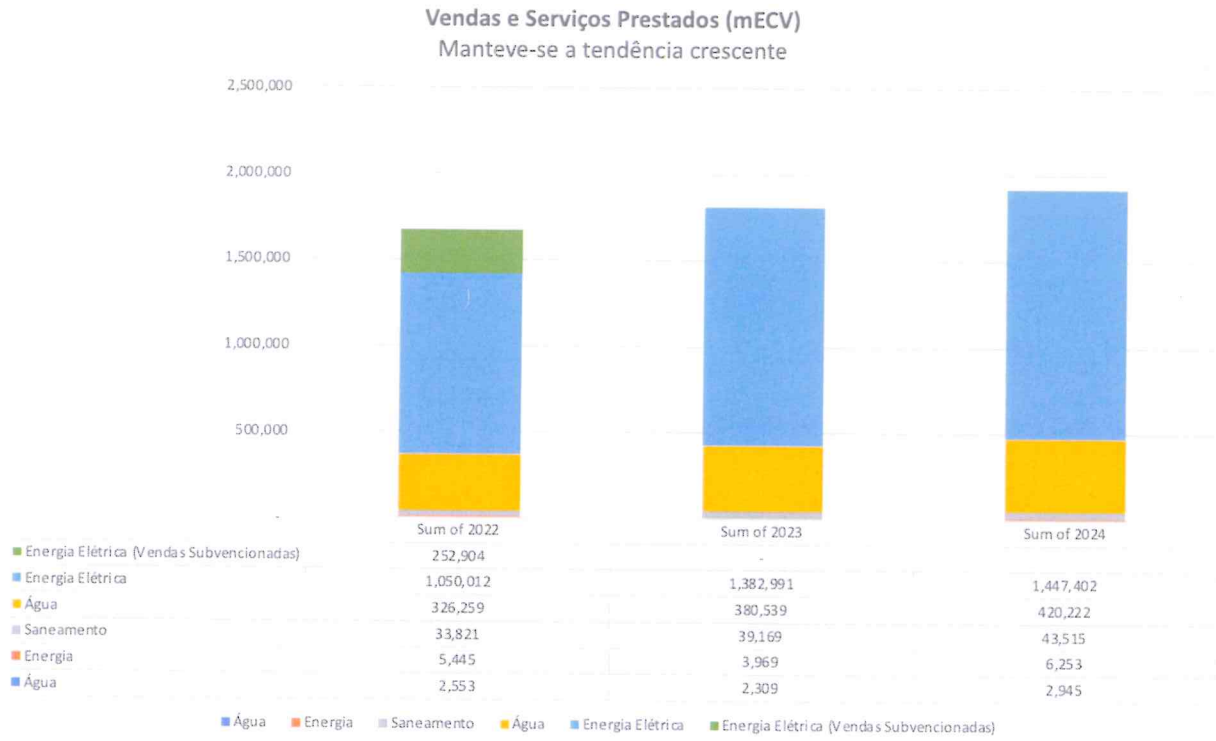
rega. A ETAR de Lacacão esteve paralisada devido a um problema técnica de descarga da água salgada no sistema pelo Hotel TIU-Touareg.

ATIVIDADE COMERCIAL

Em 2024, a AEB registou 1.396 **novos Clientes**, 372 para o produto água e 1.024 para o produto energia, (*em 2023 foram 971, 404 para o produto água e 567 para o produto energia*).

O número total de clientes (água e energia) chegou a 11.144.

O **volume anual de negócios** atingiu 1.920.336 contos em 2024 (+6% face ao anterior de 2023 que foi de 1,8 milhões de contos), sendo que as **vendas de água e energia** aumentaram face a 2023 (+10,5% e 3,5%, respetivamente).



As duas unidades de produção mais recentes, instaladas em 2022, encontram-se situadas em Fundo de Figueiras (200 m^3/dia) e na Parcela Técnica de Chave (1.200m^3/dia).

Departamento de Água e Saneamento
Ativos de Produção de Água

Setor	Unidade de Produção	Capacidade de Produção (m3/ dia)
Norte	Dessalinizadora Sal-Rei	1,200
Norte	Dessalinizadora Sal-Rei	750
Norte	Dessalinizadora Chave	1,200
Norte	Dessalinizadora Chave	300
Norte	Dessalinizadora Chave (2022)	1,200
Sul	Dessalinizadora Lacacão 1	800
Sul	Dessalinizadora Lacacão 2	300
Sul	Dessalinizadora Fundo das Figueiras (2022)	200
Total		**5,950**

Com relação ao **saneamento**, a capacidade efetiva de tratamento de águas residuais manteve-se nos 2.000m^3/dia.

Existem duas estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), situadas em dois pontos distintos da ilha, com a capacidade total de tratamento/reutilização de 2.400 m^3/dia.

ETAR	Sistema	Membrana	Capacidade, m3/ dia
Chave	MBR	Kubota	1,400
Lacacão	Lamas Ativadas		1,000
Total			**2,400**

Estações de Tratamento de Águas Residuais.

O **volume total de água residual recolhida e tratada** numa das duas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), neste caso da Parcela de Chaves atingiu os 218.891 m^3 (menos do que em 2023, de 336.534 m^3)). Deste volume, somente 67%, ou aproximadamente 146.745 m^3, foi posteriormente destinado à

O volume de negócios da AEB tem forte correlação com o número de turistas que anualmente chegam à Boa Vista, sendo o coeficiente de correlação igual a 0,98. (A correlação seria perfeita se atingisse 1,00.)

O ano de 2024 foi um ano muito desafiante para a Direção Comercial (DC), pois no seguimento da assistência técnica junto da Luxdev e Aquapor os planos e objetivos traçados no ano transato passaram a execução.

A execução iniciou com a ferramenta principal que era a troca de sistema de faturação que passou do Primavera um software "ERP" puro para a Aquamatrix um "CRM", pois o sistema anterior apresentava um conjunto de limitações técnicas e não permitia de forma objetiva e sistemática a obtenção de dados comerciais eficientes pela sua natureza.

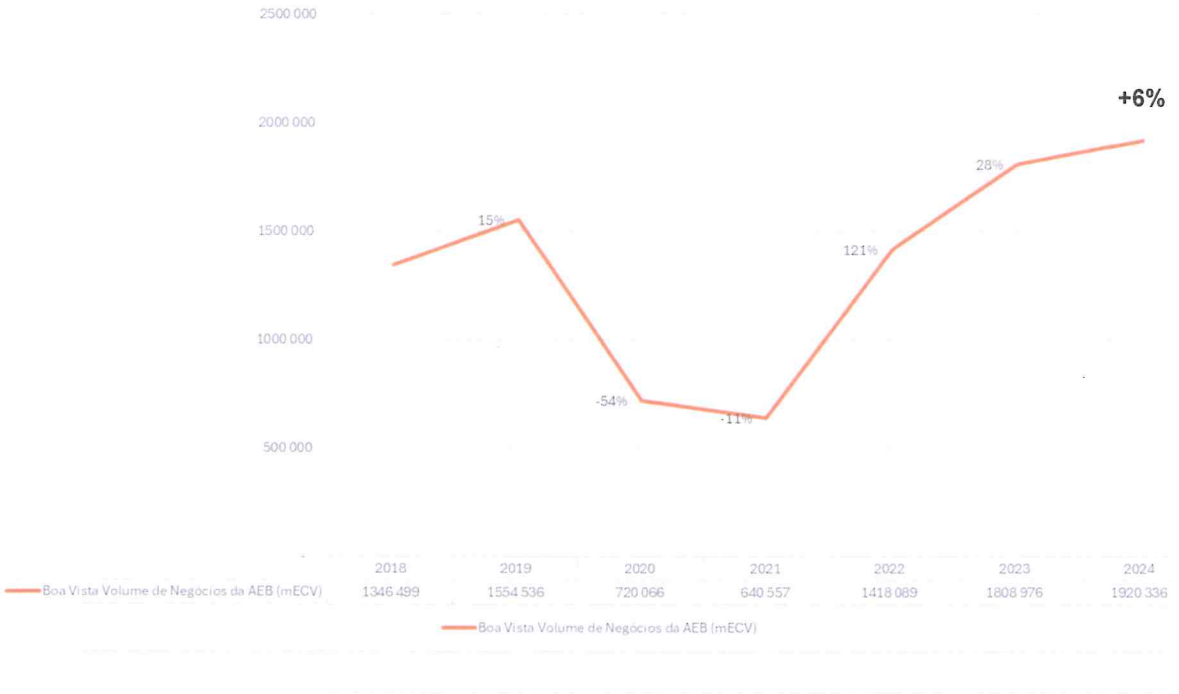
O Aquamatrix embora seja um software originalmente para uso exclusivo dos serviços de água foi adaptado a realidade da AEB para incorporar os serviços de energia visto que a natureza do serviço é similar, ou seja, em síntese, requer os seguintes aspetos, local consumo, contador, leitura e faturação.

As principais alterações e melhorias do novo sistema foram os seguintes:

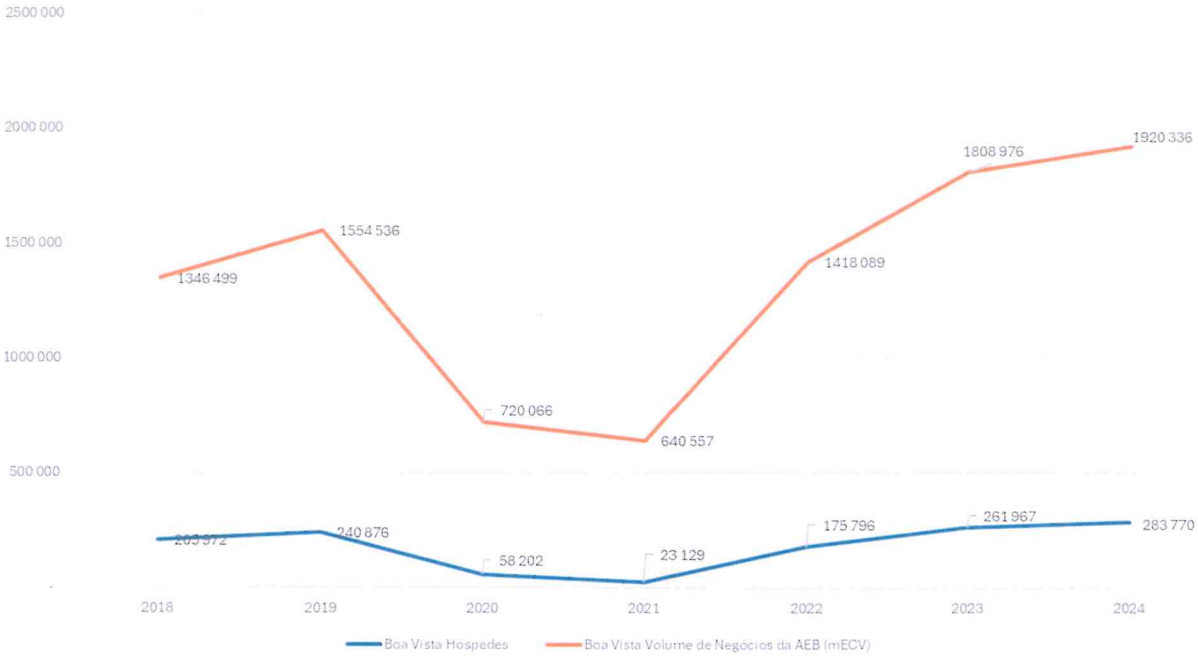
- *Cadastro de clientes, rede e contadores eficientes que permitem extração de relatórios, deixaram de ser meramente indicativos;*
- *Faturação feita dentro do próprio mês com um calendário mensal que é cumprido na íntegra;*
- *Obtenção de Leituras de forma digital, ou seja, extinção de leituras a mão para mobilidade de leituras através de um telemóvel;*
- *Novo layout de fatura, faturações por estimativas de forma automatizada e introdução de pagamentos online via ATM e internet banking*;

Investimentos

O volume de negócios da AEB cresceu 6% em 2024, e ultrapassa os níveis pré-pandemia



O número de hóspedes e volume de negócios da AEB têm um coeficiente de correlação de 0,98



Desde 2020, a AEB tem tido a sua capacidade de financiar investimentos severamente condicionada, com óbvias consequências, a prazo, no cumprimento da sua missão, pelo que não houve concretização de investimentos significativos em 2024. Todavia, foram bem encaminhados e em fase de execução os projetos estruturantes, i.e., de uma nova dessalinizadora de 5.000 m^3/dia, com financiamento concessional de parceiros austríacos (fornecimento já contratualizado), e de instalação de painéis solares para suprir parcialmente as necessidades energéticas na produção de água (Nexus energia/água). Na mesma medida desencadeou-se negociações através do Governo para materialização do projeto de saneamento para a Cidade de Sal Rei, incluindo a execução de uma nova ETAR e a rede de esgoto de Sal Rei, que deverá contar com o empréstimo concessional da banca austríaca e com o cofinanciamento do Governo de Cabo Verde.

GESTÃO DE PESSOAS

Os colaboradores da AEB constituem uma das suas principais forças, sendo decisivos para a constante melhoria dos níveis de desempenho económico e social da empresa.

Assim, a Administração atual, coadjuvada pelo Departamento dos Recursos Humanos (reforçado em 2023) tem vindo a operar um processo de transformação da gestão dos recursos humanos da AEB, passando de uma abordagem meramente administrativa (e.g. processamento de salários e benefícios, controlo de assiduidade), para uma **abordagem estratégica** (e.g. desenvolvimento de competências técnicas e de liderança), que visa obter ganhos a nível da produtividade e da qualidade e ao fomento de um ambiente de trabalho justo, saudável, motivador para os colaboradores.

Por forma a colmatar falhas há muito persistentes, foram desenvolvidos **instrumentos de gestão estratégica de pessoas**, com recurso a assistência técnica especializada foram, a saber:

1. Um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS);
2. Um Guia de Recrutamento e Seleção;

3. Um Manual de Descrição de Funções;
4. Um Modelo de Plano de Formação Profissional; e
5. Um Manual de Avaliação Anual de Desempenho;

Todos eles, instrumentos essenciais para uma gestão de maior rigor e para a melhoria do desempenho global da empresa.

A integração do PCCS deu-se no início do ano de 2024 tendo sido executado e processado todas as pendencias, relacionados com as progressões de carreira e o reenquadramento.

a DRH procurou dar maior dinâmica ao departamento e para tal incluiu os seguintes itens ao seu plano de atividades:

- Introdução de um day-off para os aniversariantes;

- Protocolo com Empresas, sendo que uma foi fechada dentro do ano (protocolo Samsung) e outro aguarda apreciação (protocolo serviço extras de saúde);

- Actividades extralaborais de confraternização, diálogo, lúdicas e desportivas sendo que foram organizadas duas caminhadas entre localidades, tivemos conversas abertas sobre temas de saúde, autocuidado e trabalho, foi realizado uma feira de saúde nas nossas instalações e foi introduzido uma rúbrica "Momento RH" para conversas abertas e discussões variadas a atingir diferentes departamentos ao longo do ano.

No que toca a benefícios e impactos destacam-se (i) implementação do novo PCCS, (ii) pagamento dos retroativos devidos, (iii) inclusão de mais um ponto focal na DRH e (iv) introdução de itens extras garantindo maior dinâmica e aproximação da empresa aos trabalhadores.

No que toca a movimentação de pessoal a AEB registou 7 novas admissões face a 4 saídas, e registou também 4 pedidos de licença sem vencimento aprovados pela Administração.

A 31 de dezembro de 2024, o total de funcionários ativos da AEB era de 114 colaboradores (+4 do que em 2023), incluindo os membros dos Órgãos Sociais (os dois Administradores Executivos e o Fiscal Único).

Destes 111 colaboradores, 89 são efetivos permanentes e 22 com contratos a prazo, e encontram-se distribuídos pelas várias unidades orgânicas, conforme se segue:

Número de Colaboradores e Sua Distribuição Orgânica

Unidade Orgânica	Efetivos	Contratados a Prazo	Total
Comissão Executiva/Conselho de Administração	0	2	2
Fiscal Único	0	1	1
Departamento de Água e Saneamento	23	7	30
Departamento de Energia	22	2	24
Departamento Comercial	9	7	16
Departamento de Recursos Humanos	1	0	1
Departamento Administrativo e Financeiro	8	3	11

Gabinete de Organização e Planeamento	2	0	2
Gabinete de Sistemas de Informação	2	0	2
Serviço de Manutenção e Reparação	23	3	26
TOTAL	**89**	**25**	**114**
	78%	*22%*	*100%*

O quadro de pessoal da AEB é composto maioritariamente por homens (85%), e nele predominam colaboradores na faixa etária entre os 26 e os 50 anos de idade.

Em termos de habilitações literárias, verifica-se o seguinte:

Distribuição dos Colaboradores da AEB em Função das Suas Habilitações

	Homens	Mulheres	TOTAL	
Ensino Superior	13	6	19	16,6%
Ensino Secundário	32	7	39	34,2%
Ensino Básico	9	1	10	8,7%
Não Definido	43	3	44	40,3%
TOTAL	97	17	114	100%
	85%	15%		

A AEB apresenta um **déficit de quadros qualificados**, tendo em conta as exigências atuais a vários níveis (e.g. técnico, operacional, administrativo), os

projetos de investimento em curso, as melhorias organizacionais e os níveis de qualidade e serviço pretendidos pela Administração. A suplantação deste déficit dependerá dos recursos financeiros disponíveis e da remuneração de cargos que a empresa for capaz de oferecer.

Convém sublinhar que as competências necessárias não são facilmente encontradas na Ilha da Boa Vista, conforme anteriormente comprovado pelas dificuldades em contratar um(a) diretor(a) financeiro(a) à altura dos desafios de uma empresa com a dimensão e as exigências da AEB.

Foram realizadas algumas ações formativas importantes durante 2024, duas delas as mais relevantes que se encontram enumeradas no quadro seguinte.

Ações Formativas Realizadas em 2023

	Beneficiários		
Descrição	Homens	Mulheres	Departamentos
Formação de Formadores-Pelo IEFP-BV	0	1	• Tesouraria/Departamento Administrativo e Financeiro
Formação de Formadores-Pelo IEFP-BV	1	2	• Departamento dos Recursos Humanos e D-Comercial
Formação de Formadores-Pelo IEFP-BV	2	1	• Gabinete de Sistemas de Informação + Serviço de Manutenção e Reparação +Deptº Água e Saneamento

Tratamento de Águas Residuais- pela ANAS	1	1	• Departamento de Água e Saneamento (DAS)
TOTAL	**4**	**5**	

7 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O **volume de negócios** em 2024, em 1.92 milhões contos, superou o de 2023 (1,8 milhões de contos), e houve uma melhoria em todos os rácios económicos, comparativamente aos dois últimos anos, 2022 e 2023, tendo o **Valor Acrescentado Bruto** apresentado um aumento de 15,7%, a Margem **EBITDA de 6%** e melhoria dos **resultados líquidos** (apesar de se ter mantido ainda negativo).

Indicadores Económicos (mECV)

	2024	**2023**	**2022**
Volume de Negócios	**1 920 336**	1.808.976	1.670.994
Valor Acrescentado Bruto	**296 326**	256.631	302.916
EBITDA	**116 194**	99.210	160.851
Resultado Líquido	**(271 564)**	(316.907)	(243.456)

Isto deveu-se, essencialmente a um *aumento* de **6% volume de vendas e de prestação de serviços**, uma *diminuição* em **7% no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas** e às outras diminuições verificadas com Gastos com Depreciação e amortização, Juros e gastos similares.

Os **gastos com o pessoal** aumentaram, de 129.402 mECV para 149.544 mECV (+16%) em 2023, devido às progressões nas carreiras dos colaboradores verificadas em 2024.

A análise dos outros rácios económicos constam do quadro a seguir:

Rácios económicos

	2024	2023	2022
Rotação do Ativo	**0,6**	0,57	0,49
Margem EBITDA	**6%**	5%	10%
Margem Líquida	**-14%**	-18%	-15%
Rentabilidade Operacional do Ativo	**-3%**	-4%	-2%
Rentabilidade do Ativo	**-9%**	-10%	-7%
Rentabilidade do Capital Próprio	**13%**	-18%	-17%

A melhoria na rotação do ativo deveu-se ao aumento do volume de negócios verificada em 2024.

A **rentabilidade do ativo** em 2024 apresentou melhoria face a 2023, passando de (-10%) do ano 2023, para (- 9%) em 2023. Isto significa, que em 2024, para cada 100$00 investido no ativo há uma perda de 9$00, enquanto que em 2023 para cada 100$00 investido havia uma perda de 10$00.

Em 2024, a **lucratividade a empresa antes de dedução de depreciações**, amortizações, juros e impostos (Margem EBITDA) foi de 6%, superior à lucratividade do ano de 2023, cujo rácio foi de 5%.

Em 2024, o **Valor Acrescentado Bruto (VAB)** foi positivo, no valor 296.326 contos, apresentando um aumento de 15,7% em relação ao ano de 2023, cujo valor foi de 256.631 contos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Execução Orçamental de 2024	
Vendas	99%
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	71%
Fornecimentos e Serviços Externos	655%
Gastos com o Pessoal	98%
Outros Gastos e Perdas	100%
Gastos de Depreciação e Amortização	87%
Juros e Gastos Similares	83%
Resultado Líquido	37%

Em relação à execução orçamental de 2023, há que realçar o seguinte:

1. O **volume de negócios** realizado atingiu 99% o valor orçamentado, não obstante os riscos identificados quanto à evolução futura deste indicador.
2. A reestruturação do setor elétrico a nível nacional e uma crescente tendência para a autoprodução por parte dos grandes clientes atuais (e.g., CABOTEL/RIU, EMICELA) ou potenciais da AEB (CARQUEJINHA), poderão afetar significativamente os negócios da empresa no setor, que hoje representa 70% do volume de negócios.
3. Os desvios verificados nas rúbricas "**Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**" e "**Fornecimentos e Serviços Externos**", face ao orçamentado, deveram-se essencialmente à reclassificação dos gastos relacionados com o aluguer, a operação e a manutenção de 8 geradores alugados, como adiante se detalhará.

4. O desvio na rúbrica "**Gastos com o Pessoal**" teve a ver com as progressões concedidas aos colaboradores.
5. O desvio na rúbrica "**Juros e Gastos Similares**" decorreu da reestruturação de créditos realizada em 2023.
6. O **prejuízo** verificado em 2024 foi superior ao valor orçamentado em 37%, não obstante se ter verificado uma diminuição do prejuízo em 14%.

Em termo de **demonstração de resultados** e suas variações a situação é a seguinte:

RUBRICAS	Valores acumulados do período de janeiro a dezembro						
	Valores orçados acumulados para o período de jan. a dez/ 24	Valores realizados acumulados no período de jan. a dez/ 24	Valores realizados acumulados no período de jan. a dez/23	Variação absoluta: valores realizados acumulados / valores orçados acumulados de 2024	Variação relativa: valores realizados acumulados / valores orçados acumulados de 2024	Variação absoluta: valores realizados acumulados/ valores realizados acumulados 2024 / 2023	Variação relativa: valores realizados acumulados/ valores realizados acumulados 2024 / 2023
	Valores	Valores	Valores	Valores	%	Valores	%
Vendas e serviços prestados	1 938 922	1 920 336	1 808 976	-18 587	-1%	111 360	6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 428 646	-1 009 711	-1 086 167	418 935	-29%	76 456	-7%
Resultado operacional bruto	**510 276**	**910 626**	**722 809**	**400 350**	**78%**	**187 817**	**26%**
Fornecimentos e serviços externos	-93 783	-614 299	-466 178	-520 516	555%	-148 121	32%
Valor acrescentado bruto	**416 492**	**296 326**	**256 631**	**-120 167**	**29%**	**39 695**	**15%**
Gastos com o pessoal	-152 166	-149 544	-129 402	2 622	-2%	-20 142	16%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-12 500	-35 128	-29 315	-22 628	-181%	-5 813	20%
Outros rendimentos e ganhos	29 070	30 321	32 352	1 251	4%	-2 031	-6%
Outros gastos e perdas	-25 869	-25 780	-31 057	79	0%	5 277	-17%
Resultado antes de depreciações, gastos de finan. e impostos	**255 038**	**116 194**	**99 210**	**-138 844**	**-54%**	**16 983**	**-17%**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-250 223	-218 096	-233 827	32 125	-13%	15 729	-7%
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)	**4 815**	**-101 903**	**-134 617**	**-106 718**	**-2217%**	**32 713**	**24%**
Juros e gastos similares suportados	-203 057	-168 969	-182 256	34 088	-17%	13 287	-7%
Resultado antes de impostos	**-198 242**	**-270 872**	**-316 873**	**-72 630**	**37%**	**46 001**	**-15%**
Impostos sobre o rendimento do período		(692)	-35	-692		-657	1877%
Resultado líquido do período	-198 242	-271 564	-316 907	-73 322	37%	45 343	-14%

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira da AEB continua sendo extremamente delicada, tanto em termos de liquidez, como em termos de sustentabilidade, mesmo com as melhorias verificadas em 2024.

Em 2024, a empresa conseguiu dar cobertura a apenas 41% das suas obrigações correntes - **rácio de liquidez geral –** (em 2023, foi 36%), e nem conseguiu financiar os seus ativos com o seu capital próprio.

A **autonomia financeira** é negativa, e a sua deterioração, de -55% em 2023, para -65% em 2024, reflete a deterioração do capital próprio, que atingiu 2,03 milhões de contos no último exercício (cerca de 1,8 milhões de contos em 2023).

Rácios financeiros

	2024	2023	2022
Liquidez Geral	**0,41**	0,36	0,37
Liquidez Imediata	**0,03**	0,01	0,005
Solvabilidade	**-0,39**	-0,36	-0,30
Autonomia Financeira	**-65%**	-55%	-43%
Endividamento	**165%**	155%	143%
Composição do Endividamento	**60%**	64%	62%

Houve ligeira melhoria em alguns rácios, e os outros rácios financeiros sofreram deterioração. Não poderia ser de outra forma, considerando a acumulação de prejuízos desde o início da pandemia do COVID-19, sem a mínima cobertura por parte dos acionistas, e o significativo aumento do endividamento imposto pelo défice de tesouraria e o reforço da capacidade de produção.

O **endividamento** da empresa aumentou 10%, chegando a 165%.

A **composição do endividamento** continuou a pender para a dívida de curto prazo, passando esta de 64% do passivo em 2023 para 60% do passivo em 2024, retomando a trajetória tendência de melhoria.

8 RISCOS E INCERTEZAS

O capital próprio altamente negativo, em resultado essencialmente dos prejuízos acumulados a partir do início da pandemia do COVID-19, e a reestruturação do setor elétrico nacional acarretam riscos significativos para a AEB.

A perda do capital social pôs a empresa em situação de incumprimento do disposto no Código das Sociedades Comerciais (CSC) e expõe a empresa ao risco dos seus maiores credores solicitarem a liquidação da empresa, na tentativa de minimamente salvaguardarem os seus créditos.

Uma eventual perda do negócio da energia (atualmente cerca de 70% do seu volume de negócios), sem se libertar a empresa do seu elevado passivo porá seguramente em causa a sua continuidade nos negócios da água e saneamento, na medida em que estes negócios não bastariam para suportar o passivo existente, maioritariamente relacionado com o negócio da energia.

Reforça-se, então, o apelo feito na Mensagem do Conselho de Administração do presente relatório, para o maior engajamento dos acionistas na reposição do capital próprio, pela via de prestações suplementares ou medidas de saneamento financeiro, ou ainda pela via de transferência em espécies, matérias que ultrapassam as competências da Administração, não obstante ter esta já apresentado propostas e soluções a respeito, à atenção dos acionistas, que ficaram por ser analisadas mas cujos respostas tardam em chegar. O modelo de recurso sistemático à dívida está obviamente esgotado.

9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2024, a AEB obteve um resultado líquido negativo de **270 900. mil contos** (*quando em 2023 foi de 316 907 mil contos, negativo*). O Conselho de Administração propõe que o montante dos resultados obtidos seja levado, na sua totalidade, a Resultados Transitados.

10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

AEB, S.A. – ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA
NIF: 253978343

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos, mECV)

Rubricas	Notas	Data de referência	
		31/12/2024	31/12/2023
		Valores	Valores
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos tangiveis	3		
Terrenos e recursos naturais		146 880	146 880
Edifícios e outras construções		698 080	760 608
Equipamento básico		841 416	971 473
Equipamento de transporte		5 516	8 024
Equipamento administrativo		6 517	7 773
Outros ativos fixos tangíveis		2 501	2 582
Ativos fixos tangíveis em curso		101 740	67 494
Ativos intangiveis	4		
Programas de computador		2 106	1 556
Infraestruturas concessionadas		79 438	95 265
Ativos intangíveis em curso		1 736	342
Total do ativo não corrente		**1 885 990**	**2 061 997**
Ativo corrente			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5	189 497	189 234
Clientes	6	753 636	603 228
Adiantamentos a fornecedores	7	23 552	19 556
Estados e Outros Entes Públicos	8	82 524	81 050
Outras contas a receber	9	125 623	209 714
Diferimentos	15	3 196	3 259
Caixa e depósitos bancários	10	79 432	24 194
Total do ativo corrente		**1 257 461**	**1 130 236**
Total do Ativo		**3 143 450**	**3 192 233**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio	11		
Capital Social		480 000	480 000
Resultados transitados		(2 247 701)	(1 930 794)
Resultado líquido do período		(270 900)	(316 907)
Total do capital próprio		**(2 038 601)**	**(1 767 701)**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	2 091 811	1 794 576
Total do passivo não corrente		**2 091 811**	**1 794 576**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1 799 882	1 670 952
Adiantamentos de clientes	6	23 679	3 223
Financiamentos obtidos	12	471 648	765 312
Estado e Outros Entes Públicos	8	422 154	383 562
Outras contas a pagar	14	350 306	306 721
Diferimentos	15	22 572	35 590
Total do passivo corrente		**3 090 241**	**3 165 359**
Total do Passivo		**5 182 052**	**4 959 934**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**3 143 450**	**3 192 233**

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira
Presidente

P/a Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

Rui Nobre Leite Cardoso Santos

Administrador Executivo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

AEB, S.A. – ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA
NIF: 253978343
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos, mECV)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO 2024	PERÍODO 2023
		Valores	
Vendas e serviços prestados	16	1 920 336	1 808 976
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	5	(1 009 711)	(1 086 167)
Resultado operacional bruto		**910 625**	**722 809**
Fornecimentos e serviços externos	17	(614 299)	(466 178)
Valor acrescentado bruto		**296 326**	**256 631**
Gastos com o pessoal	18	(149 544)	(129 402)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(35 128)	(29 315)
Outros rendimentos e ganhos	19	30 321	32 352
Outros gastos e perdas	20	(25 780)	(31 057)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**116 194**	**99 210**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	21	(218 098)	(233 827)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(101 903)**	**(134 617)**
Juros e rendimentos similares obtidos Juros e gastos similares suportados	22	(168 969)	(182 256)
Resultado antes de impostos		**(270 873)**	**(316 873)**
Impostos sobre o rendimento do período		(27)	(35)
Resultado líquido do período		**(270 900)**	**(316 907)**

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira
Presidente

Pl'A Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

Rui Nobre Leite Cardoso Santos
Administrador Executivo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

AEB, S.A. – ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA
NIF: 253978343
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDOS ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2024 E DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos, mECV)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital				
			Capital realizado	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1		480 000		(1 687 339)	(243 456)	(1 450 795)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período			-	-	-	(316 907)	(316 907)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(316 907)	(316 907)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
	3		-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação de resultado de exercício anterior			-	-	(243 456)	243 456	-
	4		-	-	(243 456)	243 456	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	1+2+3+4		480 000	-	(1 930 794)	(316 907)	(1 767 701)
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1		480 000	-	(1 930 794)	(316 907)	(1 767 701)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período			-	-	-	(270 900)	(270 900)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(270 900)	(270 900)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
	3		-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação de resultados do exercicio anterior			-	-	(316 907)	316 907	
	4		-	-	(316 907)	316 907	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	1+2+3+4	11	**480 000**	-	**(2 247 701)**	**(270 900)**	**(2 038 601)**

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

Pl'a Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira
Presidente

Rui Nobre Leite Cardoso Santos
Administrador Executivo

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

AEB, S.A. – ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA
NIF: 253978343
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos, mECV)

RUBRICAS	Notas	PERIODO 2024 Valores	PERIODO 2023 Valores
Método Direto			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		1 964 483	1 938 074
Pagamentos a Fornecedores		(1 770 046)	(1 737 730)
Pagamentos ao Pessoal		(150 241)	(118 023)
Caixa geradas pelas operações		44 196	82 321
Outros recebimentos/pagamentos	**10**	86 468	69 802
Fluxos das atividades operacionais (1)		**130 664**	**152 123**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(18 596)
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos das atividades de investimento (2)		-	**(18 596)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		330 000	253 041
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(252 343)	(204 236)
Juros e gastos similares		(153 083)	(172 728)
Fluxos de atividades de financiamento (3)		**(75 426)**	**(123 923)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**55 238**	**9 604**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**24 194**	**14 591**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**10**	**79 432**	**24 194**

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira
Presidente

Pl'a Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

Rui Nobre Leite Cardoso Santos
Administrador Executivo

11 ANEXO ÀS CONTAS

INTRODUÇÃO

A Águas e Energia da Boavista, S.A. (adiante designada por AEB ou Empresa) foi constituída em 2008 na sequência do desenvolvimento do turismo esperado para a ilha da Boa Vista.

A AEB é a empresa produtora e distribuidora de água e energia na ilha de Boa Vista, conforme o contrato de subconcessão celebrado para um período de 30 anos, em 9 de setembro de 2010 (Portaria n.º 27/2010).

As atividades da AEB estão atualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e água potável, incluindo o fornecimento de água potável ao domicílio, recolha, tratamento, saneamento e depuração de águas residuais, assim como reciclagem e reutilização de águas depuradas para outros fins distintos ao do consumo humano.

ATIVIDADE NO SECTOR ENERGIA E ÁGUA EM CABO VERDE

As bases da organização e funcionamento do sistema de eletricidade nacional, bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição, comercialização de eletricidade, operação logística de mudança de produtores de eletricidade, estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 14/2006, de 20 de fevereiro.

PRODUÇÃO

A produção baseia-se principalmente na utilização de fuel e gasóleo, complementada com a compra de energia eólica produzida pela CABEÓLICA.

Os ativos fixos tangíveis de produção a fuel e gasóleo pertencem à AEB e/ou são arrendados em regime de locação financeira e/ou operacional.

DISTRIBUIÇÃO

A AEB presta os serviços relativos ao transporte e distribuição de água na Boa Vista ao abrigo do Contrato de Subconcessão celebrado com a ELECTRA, SARL em setembro de 2010, cujas cláusulas principais se resumem como segue:

(i) Transferência para a subconcessionária AEB os direitos e obrigações de que é titular a Concessionária (ELECTRA SARL) relativamente ao transporte e distribuição de energia e de água na ilha da Boa Vista, conforme o Contrato geral de Concessão de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica e Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais para reutilização, celebrado entre o Estado de Cabo Verde e a Empresa de Eletricidade e Água- ELECTRA SARL, no dia 24 de maio de 2002.

(ii) Prazo de concessão é fixado até 2038, o mesmo prazo da Concessão assinada entre o Estado e a Electra.

(iii) A subconcessão é exercida em regime de serviço público, sendo as suas atividades consideradas, para todos os efeitos, de utilidade pública.

(iv) A renda anual da concessão é fixada em 0,1% das receitas de exploração do exercício anterior, provenientes de todos os serviços objeto da Subconcessão.

(v) A taxa de regulação é fixada em 0,75% das receitas de exploração do exercício anterior, provenientes de todos os serviços objeto da Subconcessão.

(vi) É da responsabilidade da Subconcessionária AEB a manutenção do sistema de transporte e distribuição de eletricidade e água em bom estado de conservação e em boas condições de utilização, operacionalidade e segurança, bem como a realização de todos os trabalhos necessários para que o referido sistema satisfaça cabal e permanentemente o fim a que se destina.

(vii) A Subconcessionária é ainda responsável pela manutenção, em bom estado de conservação e funcionamento, dos equipamentos que integram a Concessão, sem prejuízo do abate de equipamento por esgotamento ou obsolescência técnica.

(viii) A subconcessionária é obrigada a elaborar um inventário dos bens afetos à subconcessão e mantê-lo atualizado e à disposição do Estado e da Concessionária. Devem ser mencionados os ónus e encargos que recaem sobre esses bens.

(ix) A Subconcessionária deve, durante o prazo de vigência da Subconcessão, manter, a expensas suas, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens e meios a ela afetos, efetuando para tanto as manutenções, reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço subconcessionado.

(x) Com a extinção da Subconcessão, os bens a ela afetos revertem para a concessionária, mediante o prévio pagamento à Subconcessionária do montante correspondente, na data da reversão, ao valor líquido contabilístico de cada bem objeto da reversão.

(xi) Realização de investimentos de acordo com o Programa de Investimentos anexo ao Contrato de Subconcessão, podendo o mesmo ser revisto pela subconcessionária mediante parecer da entidade reguladora do setor e sujeito à aprovação da concessionária, ouvido o concedente.

(xii) Em caso do incumprimento grave, imputável à Subconcessionária, das obrigações emergentes do presente contrato de Subconcessão, pode a Concessionária, por sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento das atividades e exploração dos serviços objeto do Contrato de Subconcessão.

(xiii) A subconcessão extingue-se por decurso do prazo convencionado, por acordo entre o subconcedente e a subconcessionário, por rescisão, por resgate e por caducidade, carecendo a rescisão por iniciativa da Concessionária e o resgate de autorização prévia do Concedente.

(xiv) As tarifas deverão ser atualizadas semestralmente pela ARME – Agência de Regulação Multissectorial da Economia com base na variação dos custos de produção e de combustíveis.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o **SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro**, em vigor em Cabo Verde, que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/2008, de 04 de fevereiro, publicado no B.O. n.º 48, I Série, de 29 de dezembro de 2008, e que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mECV).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 22 de maio de 2025

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As mesmas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Na avaliação efetuada foi tomada em consideração que em 31 de dezembro 2024, os passivos exigíveis a curto prazo excedem os ativos correntes em cerca de 1 830 000 mECV, assim com o facto de a Empresa apresentar no exercício e em exercícios anteriores perdas relevantes. O Conselho de Administração considerou que a Empresa se encontra em fase de implementação de reestruturação da sua atividade e execução do plano de negócios estimado pelo órgão de gestão para o período 2017-2026. Estas atividades incluem: (i) renegociação da maturidade de passivos financeiros; (ii) investimentos relevantes para aumento da capacidade de produção da Entidade, com maior eficiência; (iii) execução de novos contratos já garantidos com novos clientes relevantes; (iv) aumento de atividade em resultado de novos investimentos hoteleiros já confirmados para a ilha da Boavista; (v) obtenção de financiamentos bancários, com aval do Estado, para a execução dos investimentos previstos, com maturidade adequada face à capacidade esperada daqueles investimentos em gerarem fluxos de caixa; e (vi) evolução dos preços estimados de venda para energia e água, considerando a efetiva implementação do mecanismo de apuramento tarifário. Entende-se que o conjunto destas medidas permitem assegurar o pagamento atempado dos passivos correntes, pelo que o Conselho de Administração da AEB considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da AEB, S.A., agora apresentadas, refletem os resultados das operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNCRF, exige que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou, para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 1.18.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição (no qual se inclui os gastos de transporte e montagem) incorridos até à entrada em funcionamento do ativo, deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis, exceto os terrenos que não são depreciados, são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, tendo por base a vida útil estimada dos respetivos ativos. Os equipamentos básicos de produção são depreciados pelo método das unidades de produção que resulta numa depreciação baseada no uso ou produção esperados.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios	3% a 10%
Equipamento de Transporte	14,28% e 20%
Equipamento Básico	4% a 20%
Equipamento Administrativo	8,33% a 25%

1.4. Ativos fixos tangíveis em regime de locação

Os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação operacional - parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador - e respetivas responsabilidades não são registados no balanço. Os pagamentos efetuados são registados na demonstração dos resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades perante o fornecedor, são registados nas rubricas de Ativos fixos tangíveis e de Financiamentos obtidos. A componente de renda anual respeitante à amortização do capital é deduzida ao valor da dívida originalmente registada e a parcela respeitante a juros é imputada à demonstração dos resultados. A depreciação do ativo, calculada conforme descrito em 1.3 acima, é igualmente registada como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeita.

1.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da AEB compreendem as infraestruturas da concessão e os direitos e propriedades (licenças e software de gestão).

As amortizações dos direitos de propriedade são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

1.6. Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciações e amortizações são revistos, quanto à imparidade, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.7. Inventários

Os inventários são constituídos essencialmente por peças de reserva para os equipamentos, materiais diversos e combustíveis. O custo de aquisição das matérias-primas, subsidiárias e de consumo inclui o preço da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra. A água potável em depósitos no final do exercício não é objeto de contabilização, não sendo, contudo, o seu valor significativo.

As saídas de armazém (consumos) são mensuradas ao custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial (ver Nota 6).

1.8. Contas a receber de Clientes e Outros devedores

As contas de "clientes" e "outras contas a receber" são reconhecidas inicialmente pelo seu valor nominal (custo histórico) ou, caso aplicável, pelo valor descontado, sendo apresentadas nas demonstrações financeiras deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, ou utilizadas caso a dívida se revele incobrável.

A AEB considera que a qualidade de crédito destes valores a receber é adequada e as perdas por imparidade reconhecidas refletem adequadamente o risco de realização daqueles ativos financeiros.

1.9. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos no passivo inicialmente ao seu valor nominal ou ao justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados como gastos na demonstração dos resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AEB possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os juros resultantes de empréstimos obtidos são capitalizados como parte de custo dos ativos diretamente relacionados. Caso contrário, são reconhecidos como gastos do período de acordo com o regime do acréscimo.

1.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor, bem como eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos.

1.11. Responsabilidades assumidas com o pessoal

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, gasto este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. A AEB reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem os gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício, e os correspondentes subsídios de férias. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica de Outras contas a pagar.

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.12. Conversão cambial – transações e saldos

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidas nos resultados.

1.13. Reconhecimento de gastos e réditos

Os gastos e réditos são registados no período a que se referem independentemente dos seus pagamentos ou recebimentos, de acordo com o princípio do acréscimo.

O rédito da AEB compreende os valores faturados na venda de eletricidade e água ou prestação de serviços, líquido de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação de vendas de eletricidade e água é efetuada numa base mensal. As faturas mensais são baseadas em contagens reais de consumo e/ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas (regularizadas) nos períodos subsequentes.

A comercialização de energia e água é realizada no mercado regulado.

O mecanismo definido pela ARME estabelece as condições tarifárias e os critérios de alocação de determinados gastos e rendimentos são sujeitos a ajustamentos periódicos, em cada 6 meses, em função da variação dos preços dos combustíveis fósseis em relação aos preços de referência assumidos na determinação do parâmetro base de cada ano do período tarifário.

Os possíveis desvios tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e água aos clientes em períodos subsequentes. Os desvios tarifários unicamente são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, caso a sua mensuração seja fiável e, caso sejam valores ativos, a sua recuperação afigure-se como virtualmente certa.

Incentivos à eficiência na base tarifária

Conforme o mecanismo tarifário, a ARME deverá fixar anualmente as percentagens de perdas técnicas, comerciais e consumo específico eficiente de combustível de cada Central.

Considerando que a ARME não fixou os limites para as perdas acima mencionadas, o que implica certamente um direito incondicional por parte dos operadores do setor da eletricidade, a AEB não reconheceu este direito neste exercício e nos exercícios anteriores. Porém, este direito poderá ser recuperado no âmbito da revisão tarifário dos 5 anos a ser discutida no futuro próximo.

1.14. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 21% (22% até 2023). A partir do exercício de 2024, os prejuízos fiscais deixaram de ter um limite temporal de reporte após a sua ocorrência (antes eram reportáveis durante um

período de 7 anos), sendo suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados em exercícios posteriores, embora sujeitos ao máximo de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2020 a 2024 podem vir a ser corrigidos, sendo, no entanto, convicção da Administração que em caso de fiscalização não surgirão correções significativas.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Os impostos diferidos são classificados como não corrente.

1.15. Provisões

São constituídas provisões sempre que a AEB identifica uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulta de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos que serão necessários para liquidar a obrigação.

1.16. Gestão de riscos financeiros

A exposição da AEB a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro no mercado nacional e risco de liquidez.

(i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as operações com entidades estrangeiras.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Empresa sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não são contratados instrumentos de fixação das taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes, não se considera existir concentração de risco de crédito. O risco de crédito mais significativo relaciona-se com vendas efetuadas aos hotéis e ao sector público, nomeadamente aos serviços de iluminação pública à Câmara Municipal da Boa Vista.

(iv) Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos apresenta-se da seguinte forma:

	2024	2023
Ativo corrente	1 041 215	918 187
Passivo corrente	(3 044 655)	(3 126 547)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	162 948	130 664
	(1 840 491)	**(2 077 696)**

O ativo corrente encontra-se deduzido dos Inventários destinados ao consumo (ver Nota 5), dos Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 7) e dos Diferimentos. O Passivo corrente encontra-se deduzido dos Diferimentos (ver Nota 15) e dos Adiantamentos de clientes (ver Nota 6).

A AEB tem recorrido a créditos bancários de curto prazo para suprir as suas necessidades de liquidez. Adicionalmente, tem adiado pagamentos a terceiros, principalmente do setor público.

1.17. Risco no sector de energia e água

No âmbito da atuação da AEB na produção de energia e água, a Empresa está sujeita a risco de negócio provocado pelo licenciamento de autoprodução de energia e água aos produtores independentes, em particular as unidades hoteleiras sedeadas na Ilha da Boa Vista. A atividade de gestão de energia e água está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza, nomeadamente, as relacionadas com evolução dos preços de combustíveis, o programa de investimento acordado com a Concessionaria de forma garantir a sustentabilidade do sistema e por conseguinte a política tarifária a ser implementada dentro de um período acordado.

1.18. Estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente

à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas respeitam às perdas de imparidade em contas a receber, inventários, vida útil e imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados no ativo fixo tangível é apresentado no quadro seguinte (mECV):

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamentos de transporte	Equipamentos administrativos	Outros ativos fixos	Investimentos em curso	Total
Posição em 1 de janeiro de 2023								
Custo de aquisição	146 880	1 391 348	3 089 191	74 341	30 728	2 704	130 398	4 865 589
Depreciações acumuladas	-	(568 211)	(1 972 784)	(65 976)	(24 143)	(41)	-	(2 631 154)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	(63 193)	(63 193)
Valor líquido	**146 880**	**823 137**	**1 116 407**	**8 365**	**6 585**	**2 663**	**67 205**	**2 171 241**
Variações em 2023								
Aquisição/construção	-	-	3 576	2 492	2 954	-	723	9 745
Alienações	-	-	-	-	-	-	(434)	(434)
Depreciação do exercício (Nota 25)	-	(62 528)	(148 509)	(2 832)	(1 766)	(81)	-	(215 717)
Valor líquido	**146 880**	**760 609**	**971 474**	**8 024**	**7 773**	**2 582**	**67 494**	**1 964 834**
Posição em 31 de dezembro de 2023								
Custo de aquisição	146 880	1 391 348	3 092 767	76 833	33 682	2 704	130 687	4 874 900
Depreciações acumuladas	-	(630 739)	(2 121 293)	(68 808)	(25 910)	(122)	-	(2 846 872)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	(63 193)	(63 193)
Valor líquido	**146 880**	**760 609**	**971 474**	**8 024**	**7 773**	**2 582**	**67 494**	**1 964 834**
Posição em 1 de janeiro de 2024								
Custo de aquisição	146 880	1 391 348	3 092 767	76 833	33 682	2 704	130 687	4 874 900
Depreciações acumuladas	-	(630 739)	(2 121 293)	(68 808)	(25 910)	(122)	-	(2 846 872)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	(63 193)	(63 193)
Valor líquido	**146 880**	**760 609**	**971 474**	**8 024**	**7 773**	**2 582**	**67 494**	**1 964 834**
Variações em 2024								
Aquisição/construção	-	-	3 175	-	874	-	34 246	38 296
Depreciação do exercício (Nota 25)	-	(62 528)	(133 233)	(2 509)	(2 130)	(81)	-	(200 481)
Valor líquido	**146 880**	**698 080**	**841 416**	**5 516**	**6 517**	**2 501**	**101 740**	**1 802 649**
Posição em 31 de dezembro de 2024								
Custo de aquisição	146 880	1 391 348	3 095 942	76 833	34 556	2 704	164 933	4 913 195
Depreciações acumuladas	-	(693 267)	(2 254 526)	(71 317)	(28 039)	(203)	-	(3 047 352)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	(63 193)	(63 193)
Valor líquido	**146 880**	**698 080**	**841 416**	**5 516**	**6 517**	**2 501**	**101 740**	**1 802 649**

As aquisições em equipamento básico são referentes a materiais diversos, como quadros elétricos, contadores e transformadores para redes de distribuição de energia e água, transferidos de Inventários, e investimentos, em curso, relacionados com um motor para gerador Mitsubishi e com o projeto UNIHA (ver quadro abaixo).

O saldo da rubrica de "Investimentos em curso" decompõe-se como segue

	mECV	
	2024	2023
Adiantamento para aquisição de gerador	63 193	63 193
Obra rede de água Bom Sossego	21 832	21 832
Motor para gerador Mitsubishi Modelo S16 R-PTA2	17 642	-
Projeto UNIHA	16 599	-
Obra civil de etar 2.2500 m3	9 729	9 729
Depósito Bofareira	9 549	9 549
Rede Bofareira – Vala	8 962	8 962
Rede de água Bofareira- Poço de bombagem	4 876	4 876
Obra Nave Industrial	4 863	4 863
Obra Nave Industrial –Wartsilla 3	4 842	4 842
Extensão de redes	2 188	2 188
Outros investimentos em curso	656	652
	164 933	130 687
Perdas por imparidade acumuladas	(63 193)	(63 193)
	101 740	67 494

A rubrica de Equipamento básico inclui dois geradores de eletricidade, com custo de aquisição de 328 207 mECV cada, adquiridos em regime de locação financeira (ver Notas 1.4 e 16).

Conforme se refere na Nota 12, os seguintes bens encontram-se **penhorados, como garantia dos financiamentos obtidos**, cujos valores líquidos contabilísticos em 31 de dezembro de 2024 resumem-se como se segue:

	mECV
Terreno Parcela Chave	120 000
Terreno Lacacão	26 880
Geradores Wartsila 1 e 2	150 287
Geradores Mitsubich (quatro)	35 081
Geradores Perkins (dois)	37 811
Gerador Caterpilar	14 985
Dessanalizadoras (dois)	51 284
Prédio urbano	25 114
Veículo Automóvel Mitssubshi ST 77 VN	5 836
Total	467 277

NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Ativos intangíveis" é apresentado no quadro seguinte (em mECV):

	Programas de Computador	Infraestruturas concessionadas	Ativos intangíveis em curso	Total
Posição a 1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	14 282	146 671	716	161 669
Amortizações acumuladas	(13 388)	(36 668)	-	(50 056)
Valor líquido	**893**	**110 003**	**716**	**111 613**
Movimentos em 2023				
Adições	543	2 775	342	3 660
Amortização - exercício (Nota 25)	(596)	(17 514)	-	(18 110)
Valor líquido	**1 556**	**95 265**	**342**	**97 164**
Posição a 31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	15 541	149 446	342	165 329
Amortizações acumuladas	(13 984)	(54 182)	-	(68 166)
Valor líquido	**1 556**	**95 265**	**342**	**97 164**
Movimentos em 2024				
Adições	1 415	926	1 455	3 795
Amortização - exercício (Nota 25)	(865)	(16 752)	-	(17 617)
Valor líquido	**2 106**	**79 438**	**1 796**	**83 340**
Posição a 31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	16 955	150 372	1 797	169 124
Amortizações acumuladas	(14 849)	(70 934)	-	(85 783)
Valor líquido	**2 106**	**79 438**	**1 796**	**83 340**

NOTA 5 – INVENTÁRIOS E GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Os inventários, constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo, incluem (a) o *fuel* utilizado nas centrais de produção de eletricidade e (b) consumíveis para utilização na produção, distribuição e comercialização de energia e água, nos montantes de 27 461 mECV e 162 036 mECV (2023: 17 973 mECV e 171 261 mECV), respetivamente.

Os inventários não foram objeto de testes por imparidade.

O detalhe do valor escriturado na rubrica "Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas" é apresentado no quadro seguinte:

	Materias primas subsidiarias e de consumo	
	2024	**2023**
Saldo inicial	189 234	179 254
Compras	1 009 711	1 098 061
Regularização de Inventários	263	(1 914)
Saldo final	(189 497)	(189 234)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	**1 009 711**	**1 086 167**

As compras compreendem, essencialmente, (i) 877 964 mECV (2023: 943 599 mECV) referentes a combustíveis, (ii) 111 583 mECV (2023: 109 959 mECV) relativos à energia elétrica produzida pela Cabeólica, e (iii) 20 164 mECV (2023: 44 503 mECV) de consumíveis utilizados para produção, distribuição e comercialização de energia e água.

NOTA 6 – CLIENTES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Clientes" é apresentado no quadro seguinte:

O saldo líquido de clientes no montante de 753 636 mECV inclui (i) 384 022 mECV referentes a dívidas dos grandes clientes, (ii) 385 416 mECV referentes aos clientes considerados minoristas, deduzidos de 15 796 mECV referentes a depósitos de clientes não identificados.

	mECV	
Detalhe de Clientes	**2024**	**2023**
Grandes clientes		
Câmara Municipal da Boa Vista		
- Iluminação pública	192 179	167 513
- Consumo próprio	23 854	19 970
Cabotel Hotelaria e Turismo, LDA		
- RIU TOUAREG	38 070	40 986
- RIU KARAMBOA	33 769	36 811
- RIU PALACE	14 009	21 511
Decameron CV, SA	47 411	36 087
BLUMARIN HOTELS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA	7 793	7 756
Emicela Productos Alimentares, Lda	4 398	5 470
Lorenzo Areia De Chaves	3 087	4 110
Ministério das Finanças e Administração	3 081	3 081
CV HORIZONT BARCELÓ, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA	18 811	-
Outros inferior a 3 000 mECV	23 168	15 884
Clientes Minoristas (ELECTRA)	523 936	388 086
	933 567	**747 266**
Depósitos não identificados	(15 796)	(15 031)
	917 771	**732 235**
Imparidade acumulada de clientes		
Clientes Minoristas	(138 520)	(103 392)
Câmara Municipal da Boa Vista - Iluminação Público	(18 554)	(18 554)
Ministério das Finanças e Administração	(3 081)	(3 081)
Outros inferior a 3 000 mECV	(3 979)	(3 979)
Total de imparidade acumulada de clientes	**(164 135)**	**(129 007)**
	753 636	**603 228**
Adiantamentos de Clientes	23 679	3 223
	23 679	**3 223**

As perdas por imparidade acumuladas de clientes registaram os seguintes movimentos:

	mECV	
	2024	2023
Saldos em 1 de janeiro	129 007	99 692
Reforço do exercício	38 528	32 941
Reversão	(3 400)	(3 626)
Saldo em 31 de dezembro	**164 135**	**129 007**

NOTA 7 – ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Adiantamento a fornecedores" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Adiantamento fornecedores nacionais		
Antonio Delgado Pimentel	3 867	-
Setelima-Segurança Privada, Lda	3 508	-
Tomar Construções	1 064	1 064
Filtro Cartéis S.A.	195	1 004
Matec,Manutencao Caboverdiana,Sa	-	3 166
Outros	4 552	6 735
	13 186	**11 970**
Adiantamento fornecedores estrangeiros		
Distribuciones Planaria	3 606	3 606
Himoinsa Portugal Mot.Ger S.U	1 759	-
Dsg Belgium Bvba	1 649	1 649
Watercare - Tratamentos De Águas, Lda	1 621	-
Outros	1 730	2 331
	10 365	**7 586**
	23 552	**19 556**

Os adiantamentos de fornecedores relacionam-se, essencialmente, com fornecimentos de peças e equipamentos.

NOTA 8 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Estado e outros entes públicos" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2024	2023
Saldo devedor			
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	(i)	82 524	81 050
Saldo credor			
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	(ii)	162 343	162 343
Imposto sobre rendimento de pessoas singulares - IRPS	(iii)	194 216	149 584
Contribuições para a segurança social	(iv)	40 566	45 906
Multas fiscais	(v)	18 853	18 853
Imposto de selo		3 234	3 234
Imposto sobre o rendimento		2 267	2 266
Outros impostos		1 341	1 376
Total		**422 819**	**383 562**

(i) Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA (Devedor)

Compreende o imposto a recuperar relativo aos exercícios de 2022 a 2024.

(ii) Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA (Credor)

Compreende o imposto a entregar ao Estado referente ao período compreendido entre junho 2017 a dezembro de 2021, no montante de mECV 162 154, e ao período de janeiro a fevereiro de 2023, no montante de mECV 189, encontrando-se, por isso, em mora.

(iii) Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares - IRPS

Corresponde, essencialmente, às retenções efetuadas aos trabalhadores dependentes no valor de 48 129 mECV e independentes no valor de 141 056 mECV, referentes ao período compreendido entre março 2019 a dezembro de 2024, dos quais 188 308 mECV se encontram em mora.

(iv) Contribuições para a segurança social

O saldo corresponde às contribuições da Empresa para a previdência social referente aos exercícios de 2020 a 2024, encontrando-se em mora 37 950 mECV.

(v) Multas fiscais.

As multas fiscais, no valor de 18.853 mECV, referem-se aos atrasos no pagamento do IVA referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019.

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Outras contas a receber" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2024	2023
Estado de Cabo Verde - Compensação Défice Tarifário	(i)	103 537	187 138
Valor pago indevidamente a recuperar	(ii)	20 950	20 950
Custo de iluminação pública	(iii)	14 789	14 542
Montajes Industriales Mario Diego Mateos, SL		7 676	7 676
Adiantamento ao pessoal		5 949	6 069
Outros		1 348	1 965
		154 249	238 341
Perdas por imparidade acumuladas			
Valor pago indevidamente a recuperar	(ii)	(20 950)	(20 950)
Montajes Industriales Mario Diego Mateos, SL		(7 676)	(7 676)
		(28 626)	**(28 626)**
		125 623	**209 714**

(i) Estado de Cabo Verde - Compensação do défice tarifário

O saldo de 103 537 mECV resulta da compensação do défice tarifário a receber do Estado relativa ao período de julho a dezembro de 2022, ao abrigo da Resolução 64/2022, de 14 de junho de 2022, correspondente ao desconto equivalente a 100% do valor do incremento tarifário para manter o nível da tarifa social sem alteração, e de 60% para as demais categorias tarifárias , no montante de 256 915, deduzidos dos pagamentos efetuados pelo Estado em 2023 e 2024 nos montantes de 69 776 mECV 83 601 mECV, respetivamente.

(ii) Valor pago indevidamente a recuperar

O valor de 20 950 mECV refere-se a uma transferência feita em 2019 para pagamento a um fornecedor estrangeiro, mas que indevidamente foi para a conta bancária de uma outra entidade ainda não identificada. Por se afigurar de difícil recuperação, o saldo foi ajustado por imparidade.

(iii) Custo de iluminação pública

O saldo compreende os créditos da AEB sobre a Câmara Municipal da Boa Vista relacionados com investimentos no sistema de iluminação pública (IP). A regularização do saldo será efetuada via encontro de contas, tendo em conta os valores de contribuição para custeio do serviço e Iluminação Pública que incide sobre o fornecimento de energia elétrica arrecadada pela AEB e que deve ser entregue à Câmara (ver Nota 14).

NOTA 10 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe dos valores escriturados em caixa e depósitos bancários é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Caixa	47	34
Depósitos à ordem nacional		
Banco Caboverdiano de Negócios	38 223	21 116
Caixa Económica de Cabo Verde	36 931	-
Banco Interatlântico	4 130	-
Banco Angolano de Investimentos CV	68	101
Ecobank	31	1 035
Banco Comercial do Atlântico	-	1 906
Depósitos à ordem estrangeira		
Banco BPI	2	2
	79 432	24 194

Não existem restrições quanto ao uso dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor de 86 468 mECV positivos (2023: 69 802 mECV pagamento), evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, referem-se, essencialmente, ao recebimento do Estado de uma parcela da compensação do défice tarifário no montante de 83 601 mECV (ver Nota 9 (i)).

NOTA 11 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2024 e 2023 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Empresa, no valor de 480.000 mECV, representado por 480.000 ações, com o valor nominal de 1.000 ECV cada uma, encontrava-se integralmente subscrito e é detido pelos seguintes acionistas:

- SDTIBM: 60%
- Estado de Cabo Verde: 40%

A rubrica de Resultados transitados foi movimentada com a aplicação do resultado líquido negativo de 2023, no valor de 316 907 mECV.

O valor do Capital Próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 é negativo em 2 039 266 mECV (2023: 1 767 701 mECV), pelo que o Conselho de Administração irá propor aos Acionistas, na próxima Assembleia-geral, a tomada de medidas para a sua resolução.

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Financiamentos obtidos" é apresentado no quadro seguinte (mECV):

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Económica de Cabo Verde	A						
Financiamento - Reestruturação 879 163 mECV		38 859	795 742	834 601	36 420	834 601	871 021
Financiamento 330 000 mECV		58 359	262 277	320 636	-	-	-
Financiamento - 250 000 mECV		29 315	218 327	247 642	2 358	247 642	250 000
Financiamento 130 000 mECV		9 599	113 659	123 258	-	-	-
Financiamento - 100 000 mECV		18 869	60 609	79 478	17 685	79 478	97 162
Financiamento - 47 976 mECV		3 817	38 128	41 946	3 542	41 946	45 488
Financiamento - 50 000 mECV jun23		9 641	27 021	36 662	9 035	36 662	45 697
Financiamento - 50 000 mECV mar23		9 798	24 512	34 310	9 183	34 310	43 493
Linha de Crédito Covid 19 - 40 000 mECV		7 599	5 850	13 449	7 374	13 449	20 823
Empréstimo C/C caucionada		-	-	-	111 182	-	111 182
Banco Interatlântico	B						
Financiamento - 25 mECV		2 263	-	2 263	6 464	2 263	8 727
Empréstimo C/C caucionada		-	-	-	17 530	-	17 530
Banco Caboverdiano de Negócios	C						
Financiamento - 250 000 mECV		18 756	225 258	244 013	250 000	-	250 000
Financiamento - 400 000 mECV		22 227	200 338	222 565	64 679	218 776	283 456
Financiamento - 230 000 mECV		80 173	13 795	93 969	75 892	93 969	169 861
Financiamento - 6 200 mECV		1 321	1 547	2 867	1 225	2 867	4 093
Outros empréstimos	D						
SDTIBM		43 380	-	43 380	43 380	-	43 380
Locação Financeira	E						
Empresa GENS RENTAL (ver Nota 3)		117 674	104 747	222 421	109 361	188 613	297 974
		471 648	**2 091 811**	**2 563 459**	**765 312**	**1 794 576**	**2 559 888**

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade (mECV):

	CECV	BCN	Locação Financeira	Total
2026-2027	399 427	105 724	104 747	609 898
2028-2029	367 278	102 894	-	470 172
Após 2029	779 422	232 320	-	1 011 741
	1 546 126	**440 938**	**104 747**	**2 091 811**

A Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento - 879 163 mECV

Corresponde ao saldo remanescente do empréstimo sob a forma de mútuo (reestruturado em 2023), no montante de 879 163 mECV, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 11,5% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5 p.p.(cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicado na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5 p.p., aplicando automaticamente a taxa de 11,5%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 11,5%, (iii) prazo de reembolso de 180 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em setembro de 2023 e término em agosto de 2038.

O empréstimo encontra-se garantido: (i) por penhor de 38.400 ações tituladas e nominativas dos acionistas SDTIBM e Estado de Cabo Verde, (ii) pela hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM e (iii) por penhor mercantil de equipamentos da AEB (2 Geradores Wartsila/Leroy Sommer modelo W9L20 – Wart 1 e Wart 2, 4 geradores marca Mitsubishi, 2 geradores marca perkings, 1 gerador marca caterpilar 2.000 KVA e 2 dessalinizadoras 800 D e 300 D.

Financiamento – 330 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido em 2024, sob a forma de mútuo, no montante de 330 000 mECV, destinado ao reforço de tesouraria e ao pagamento de fornecedores, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 10% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 3,5 p.p.(três virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer

encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 3,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 10%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 10%, (iii) prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em novembro de 2024 e término em outubro de 2029.

O empréstimo encontra-se garantido por Aval do Estado.

Financiamento – 250 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente do empréstimo sob a forma de mútuo, no montante de 250 000 mECV, destinado ao pagamento de fornecedores e reforço de tesouraria. O contrato é celebrado pelo prazo de 10 anos, sendo 3 anos de utilização e 7 anos de reembolso. O empréstimo vence juros à taxa anual de 6,5%, ajustável durante a vigência do contrato. O empréstimo será reembolsado em 84 prestações mensais consecutivas de capital e juros, com início em dezembro de 2024 e término em novembro de 2031.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

Financiamento – 130 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido em 2024, sob a forma de mútuo, no montante de 130 000 mECV, destinado à reestruturação de uma dívida na forma de conta caucionada para o reforço da tesouraria da Empresa, que vencia juros mensais à taxa anual de 9%, sendo renovável anualmente, com o prazo máximo de liquidação até março de 2024 e encontrava-se garantido por hipoteca do terreno NIP (150032600000) onde se encontram as instalações da AEB. A reestruturação da dívida foi feita nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 10% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 2,5 p.p.(três virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 7,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 2,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 10%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 10%, (iii) prazo de reembolso de 120 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em março de 2024 e término em fevereiro de 2034.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca do edifício do escritório NIP (150032600000), onde se encontram as instalações da AEB.

Financiamento – 100 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, sob a forma de mútuo, no montante de 100 000 mECV, destinado ao pagamento de fornecedores e reforço da tesouraria, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 12% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5,5 p.p.(cinco virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 12%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 12%, (iii) prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em novembro de 2023 e término em outubro de 2028.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

Financiamento – 47 976 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 47 976 mECV destinado exclusivamente à liquidação dos créditos abertos em duas contas caucionadas nºs 1305557440007 e 1305557448001, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 9% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 1,5 p.p.(um virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 7,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 1,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 9%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 9%, (iii) prazo de reembolso de 120 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em abril de 2023 e término em março de 2033.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM.

Financiamento – 50 000 mECV – jun/23

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 50 000 mECV destinado ao pagamento de fornecedores, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 12% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5,5 p.p.(cinco virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 12%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 12%, (iii) prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em julho de 2023 e término em junho de 2028.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM.

Financiamento – 50 000 mECV mar23

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 50 000 mECV, destinado ao pagamento de fornecedores, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 12% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5,5 p.p.(cinco virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 12%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 12%, (iii) prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em abril de 2023 e término em março de 2028.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM.

Linha de crédito Covid 19 – 40 000 mECV

Na sequência do Estado de Emergência decretado pelo Estado de Cabo Verde, em 2020, foi assinado um protocolo de um conjunto de Linhas de Crédito entre o Governo de CV, através do Ministério das Finanças, os Bancos Comerciais da praça, a Pró-Empresa e a Pró-Garante, para travar os efeitos negativos da pandemia do coronavírus. Neste sentido, enquadrado na linha de crédito de apoio à tesouraria, a CECV concedeu um crédito sob a forma de mútuo, no montante de 40 000 mECV destinado exclusivamente ao pagamento de fornecedores e reforço de tesouraria. O contrato foi celebrado pelo prazo de 6 anos. Vence juros à taxa anual de 3%, ajustável durante a vigência do contrato. É reembolsável em 72 (setenta e duas) prestações mensais consecutivas de capital e juros, com início em outubro 2020 e término em setembro de 2026.

O empréstimo encontra-se garantido em 50% pela hipoteca unilateral sobre um prédio urbano localizado na ilha de Boa Vista, sendo os outros 50% por aval do Estado.

B Banco Interatlântico

Financiamento – 25 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente do empréstimo sob a forma de crédito rendas, contratado com o Banco Interatlântico, no montante inicial de 3 000 mECV e posteriormente reforçado para 25 000 mECV, destinado exclusivamente ao reforço de tesouraria. O contrato foi celebrado pelo prazo de 12 meses. O crédito vence juros à taxa anual de 7,5% e encontra-se garantido por livrança em branco.

C Banco Cabo-verdiano de Negócios

Financiamento – 250 000 mECV

Em agosto de 2024, a conta corrente caucionada de 250 000 mECV foi convertida num empréstimo de longo prazo, remunerado à taxa anual de 6,5% ano e será reembolsável em 120 prestações de capital e juros, com início em setembro de 2024 e término em agosto de 2034. Encontra-se garantido por aval do Estado.

Financiamento – 400 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente do empréstimo que o Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN) concedeu à AEB sob a forma de mútuo, no montante de 400 000 mECV, para a liquidação da dívida no BCN, em Outras Instituições de Crédito (OIC) e pagamento de fornecedores. Vence juros à taxa anual de 7,5% ano e será reembolsado em 72 prestações mensais de capital e juros, com início em fevereiro de 2018 e término em novembro de 2027.

O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita à ordem do BCN, domiciliação das receitas dos hotéis Decameron CV, Iberostar e Marine Club e pela domiciliação das receitas provenientes de POS (Point of Sale).

Financiamento – 230 000 mECV

Representa o saldo remanescente de um crédito sob a forma de mútuo, no montante de 230 000 mECV, para o reforço de tesouraria. Vence juros à taxa anual de 5,5% ano e será reembolsado em 36 prestações mensais de capital e juros, com início e março de 2023 e término em fevereiro de 2026.

O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita a favor do BCN, por aval do Estado e domiciliação da subvenção a receber do Estado, mediante declaração emitida pela Direção Geral do Tesouro.

Financiamento – 6 200 mECV

Representa o saldo remanescente do empréstimo concedido à AEB, sob a forma de mútuo, no montante de 6 200 mECV destinado a aquisição de duas viaturas. O prazo reembolso de capital e juros é de 60 meses. O empréstimo vence juros à taxa anual de 7,5%.

O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita à ordem do BCN e hipoteca constituída sobre o veículo automóvel, marca Mitsubishi.

D Outros empréstimos

- SDTIBM

O saldo corresponde à parcela remanescente do financiamento obtido da SDTIBM, no âmbito do acordo de compra e venda das ações desta participada, nos seguintes termos:

(i) Financiamento no valor de 238 026 mECV, concedido em março de 2016, com a finalidade de liquidar o remanescente do crédito contraído pela AEB junto do BPI – Portugal. O Financiamento vence juros anuais a taxa de 9%, e será reembolsado em 6 prestações trimestrais, com início em junho 2016 e término em setembro de 2017;

(ii) Financiamento no valor de 44 106 mECV, não remunerado, para ser reembolsado em quatro prestações semestrais, tendo a primeira prestação vencida em novembro de 2016. Este financiamento tem como objetivo a aquisição de dois geradores novos e seus componentes.

E Locação financeira

O saldo de 222 421 mECV representa as responsabilidades para com o fornecedor de dois geradores de energia em regime de locação financeira (ver Nota 1.2).

Vence juros a uma taxa efetiva de 6,32% e é amortizado em 84 prestações mensais e consecutivas de 8.054 mECV, englobando capital e juros, vencendo-se a última em outubro do ano 2026.

NOTA 13 – FORNECEDORES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Fornecedores" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2024	2023
Fornecedores Conta Corrente			
Electra,Sarl	(i)	1 160 079	1 018 775
Enacol	(ii)	132 531	138 088
Sociedade Desenv. Turist. Ilha Boavista E Maio	(iii)	124 496	125 996
Gens Rental Bvba	(iv)	98 599	98 456
Nortia Electricidade, Lda	(v)	91 682	91 682
Montajes Industriales Mario Diego Mateos, SL	(vi)	22 041	22 041
Panorama,Lda	(vii)	16 105	29 732
Agencia Nacional De Agua E Saneamento		9 656	11 458
Sistema ,SA		6 183	5 370
Imobiliaria Promomax,Lda	(viii)	5 896	10 885
Bucan,Sa	(viii)	4 514	10 103
Medatlantic Managements,SL		3 942	3 942
Promomax,SL	(viii)	3 546	6 547
Íncentea		2 127	2 706
Outras entidades		30 249	30 854
		1 711 649	**1 606 634**
Fornecedores por acréscimos de gastos			
Agencia Regulação Economica	(ix)	56 934	43 367
Setelima-Segurança Privada, Lda		17 080	10 793
Bucan,Sa	(viii)	3 492	3 492
Impar, S.A.		1 332	152
Outras entidades		9 395	6 514
		88 234	**64 318**
		1 799 882	**1 670 952**

(i) Electra, Sarl

Resulta da faturação de energia fornecida Cabeólica. A Cabeólica fatura a Electra e esta, por sua vez, fatura a AEB.

(ii) Enacol

Saldo referente a fornecimentos de combustíveis e outros fluídos à AEB.

(iii) Sociedade de Desenvolvimento Turístico das ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM)

A dívida para com a SDTIBM compreende, essencialmente, (i) mECV 89 975 relativos à venda de terrenos para instalação da parcela técnica de Chaves e Lacacão ocorrida em 2016, (ii) mECV 36 021 relativos aos valores acumulados dos serviços de consultoria e de gestão prestados pela SDTIBM, nos exercícios de 2016 a 2020, (iii) deduzidos de pagamentos efetuados em 2024 no valor de mECV 1 500.

(iv) Nortia Electricidad

O valor a pagar à Nortia Electricidade relaciona-se com a operação e manutenção da central elétrica, excluindo os geradores Hyundai. O contrato vigorou até 31 de dezembro de 2022, não tendo sido renovado.

(v) Gens Rental BVBA

Dívida referente à (i) manutenção dos geradores Hyundai 1 e 2, adquiridos através de contrato de locação financeira, e (ii) manutenção e renda de novos geradores, resultante do contrato de locação operacional.

(vi) Panorama

Dívida referente à aquisição de peças para geradores.

(vii) Montajes Industriales Mario Diego Mateo, SL

O saldo de 22 041 mECV relaciona-se com compra de peças para geradores.

(viii) Imobiliária Promomax, Lda, Promomax, SL Bucan, SA (anteriores acionistas privados)

Saldo em dívida dos anteriores acionistas privados (BUCAN e PROMOMAX) aquando da saída do capital da AEB, cujo acordo assinado em janeiro de 2022 prevê a liquidação em 36 prestações, sem juro, no montante de 2 580 mECV. Os respetivos saldos não foram objeto de desconto, tendo em conta o efeito imaterial.

(ix) ARME – Agência Reguladora Multissetorial da Economia

Compreende ao acréscimo da taxa de regulação dos exercícios de 2020 a 2024.

NOTA 14 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Outras contas a pagar" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2024	2023
Credores por acréscimos de gastos			
Gastos com o Pessoal		15 350	15 350
Electra SARL - Concessionária		11 544	9 736
Juros de Leasing Financeiro		5 115	7 191
		32 010	**32 277**
Credores diversos			
CIP - Município da Boa Vista	(i)	127 497	108 412
Taxas RTC e Contribuição audivisual	(ii)	108 140	87 967
ARME - Agência de Regulação Multisectorial	(iii)	46 458	46 458
CV Broadcast	(ii)	14 096	10 658
Sociedade de Desenvolvimento Boa Vista e Maio		11 615	11 615
Remunerações a pagar		3 050	3 054
Outros credores		7 440	6 279
		318 296	**274 443**
		350 306	**306 721**

(i) CIP – Município da Boa Vista

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. Incide sobre o fornecimento de energia elétrica e é devida a título mensal por cada consumidor de energia elétrica fornecida pela AEB. É faturada aos clientes de acordo com BO nº4 I Série de 21 de janeiro 2013, devendo o valor cobrado ser objeto de encontro de contas com o valor faturado ao Município a título de iluminação pública (ver Nota 6). Não se encontra apurado até à data os valores já arrecadados/cobrados aos clientes para efeitos de encontro de contas.

(ii) Taxas de RTC e Contribuição Audiovisual

O saldo desta rubrica diz respeito às taxas faturadas pela AEB a entregar à RTC – Radiotelevisão Cabo-verdiana e à CVB - Cabo Verde Broadcast. O pagamento das taxas é devido no mês seguinte ao do seu recebimento do cliente. Não se encontra apurado até à data os valores já arrecadados/cobrados aos clientes e ainda não entregues às referidas entidades, com exceção do ano de 2024, em que o valor foi apurado.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 11/2019, de março, que estabelece o regime jurídico de financiamento do serviço de radiodifusão sonora e televisiva, o valor arrecadado da taxa de RTC e da contribuição audiovisual passou a ter a seguinte distribuição: 70% à RTC, 20% à CVB e 10% à AEB (correspondente à comissão do serviço na cobrança dos valores).

(iii) ARME - Agência de Regulação Multissectorial da Economia

Compreende à taxa de regulação do sector devido à ARME – Agência Reguladora Multissetorial da Economia dos exercícios de 2016 a 2019. A taxa referente aos anos 2020 a 2024 foram registados na rubrica de Fornecedores por acréscimos de gastos (ver Nota 13).

NOTA 15 – DIFERIMENTOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Diferimentos" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Saldo devedor		
Seguro multirisco de equipamentos	1 822	1 886
Caução - aluguer de equipamentos	1 362	1 362
Imposto de circulação	12	12
	3 196	**3 259**
Saldo credor		
Subsídio Rede Norte	(22 572)	(35 590)
	(22 572)	**(35 590)**

O saldo credor de 22 572 mECV resulta do subsídio recebido da SDTIBM para a construção da rede de água da zona norte da ilha de Boa Vista, no valor de 50 608 mECV, deduzido do valor proporcional das depreciações do ativo subsidiado, no montante acumulado de 28 036 mECV, dos quais 13 017 mECV referentes ao exercício de 2024 (anos anteriores: mECV 15 018), os quais são compensados em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 19).

NOTA 16 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe dos valores escriturados na rúbrica Vendas e prestações de serviços é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	**2023**
Vendas		
Energia Elétrica - Consumidor final	1 447 402	1 382 991
Água	420 222	380 539
	1 867 623	1 763 530
Prestações de Serviços		
Saneamento	43 515	39 169
Energia	6 253	3 969
Água	2 945	2 309
	52 713	45 446
	1 920 336	**1 808 976**

O aumento das vendas deve-se, essencialmente, ao aumento das quantidades consumidas de energia e água.

As informações estatísticas de produção, vendas e perdas em quantidade encontram-se no quadro abaixo:

		2024	2023
Eletricidade	Produção KWh	47.221.950	46.903.260
	Vendas KWh	38.99.674	39.289.301
	Perdas KWh	3.857.120	2.574.136
	Perdas %	8.17%	5.49%
Água	Produção m3	892.794	888.733
	Vendas m3	788.598	744.252
	Perdas m3	95.246	136.131
	Perdas %	8.17%	15.32%

Os preços de venda da água variam conforme o destinatário e o nível de consumo. No caso da eletricidade, os preços de venda dependem do tipo de contador e do tipo de tensão instalada.

As vendas incluem ainda à iluminação pública faturada ao Município (ver Nota 6).

NOTA 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2024	2023
Rendas e alugueres	(i)	281 733	166 536
Conservação e reparação	(ii)	235 584	226 846
Seguros	(iii)	40 405	29 125
Serviços Bancários		8 383	3 366
Trabalhos especializados		8 225	4 836
Vigilancia e Segurança		7 507	7 143
Combustíveis e outros fluidos		5 125	5 342
Serviços de informática		4 760	4 238
Honorários		2 454	1 520
Material de escritório		2 391	1 590
Transporte de inventários		2 264	283
Limpeza Higiene e conforto		1 597	1 055
Comunicação		1 489	1 586
Publicidade e propaganda		1 013	-
Deslocações e Estadias		856	679
Contecioso e notariado		242	187
Outros fornecimentos e serviços		10 270	11 848
		614 299	**466 178**

(i) Compreendem, essencialmente, os gastos referentes a rendas da locação operacional de 8 geradores. A variação positiva face ao ano de 2023 deve-se ao leasing de um Gerador Yanmar em setembro de 2023, tendo em 2024 contabilizado 12 meses completos.

(ii) Compreendem os gastos de manutenção e conservação dos equipamentos afetos à produção e distribuição de água e eletricidade e subcontratos relacionados com a produção nomeadamente a manutenção dos geradores e gestão e manutenção operacional da central elétrica.

(iii) O saldo compreende, essencialmente, os gastos com seguros dos geradores Hyundai e Cummins, restantes equipamentos e viaturas da Empresa.

NOTA 18 – GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Gastos com o pessoal" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Remunerações órgãos sociais		
Ordenados	7 462	6 966
Outros	429	466
Remunerações do Pessoal		
Ordenados	89 031	70 732
Indemnizações	-	2 703
Outros	9 921	9 895
Encargos Sociais	17 262	14 770
Outros Gastos com Pessoal		
Seguros	1 912	851
Outros	23 528	23 020
	149 544	**129 402**
Número médio de empregados	**113**	**111**

NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Compensação de amortizações de bens subsidiados (ver Nota 15)	13 017	13 017
Aluguer de contadores de eletricidade e água	10 840	12 574
Sobras em Inventários	216	776
Juros de mora	61	2 598
Outros rendimentos	6 187	3 386
	30 321	**32 352**

A rubrica de Outros rendimentos inclui, essencialmente, 2 004 mECV (2023: 2 004 mECV) referentes à renda paga pela Unitel T+ pela instalação de uma antena dentro do recinto da AEB e o valor de 2 396 mECV de uma nota de crédito emitida pela Electra, referente ao ano de 2023.

NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Outros gastos e perdas" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Taxas ARME, Electra e ANAS	15 376	16 474
Impostos Indiretos	8 415	8 911
Perdas em inventários	1 485	4 006
Impostos diretos	36	561
Outros gastos	468	1 104
	25 780	**31 057**

Os Impostos indiretos referem-se ao imposto de selo sobre os juros de empréstimos bancários.

NOTA 21 – GASTOS COM DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Gastos com depreciações e amortizações" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Depreciações do exercício - Ativo Fixo Tangível (Nota 3)	200 481	221 726
Amortizações do exercício - Ativo Intangível (Nota 4)	17 617	12 101
	218 098	**233 827**

NOTA 22 – JUROS E GASTOS SIMILARES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Juros e gastos similares" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2024	2023
Juros suportados de financiamentos obtidos	148 237	161 025
Juros suportados de leasing financeiro	13 954	19 681
Juros de mora	5 330	-
Outras perdas de financiamento	1 448	1 549
	168 969	**182 256**

NOTA 23 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Os resultados fiscais negativos referentes aos exercícios de 2017 a 2024 ascendem a cerca de 2 260 000 mECV e os correspondentes impostos diferidos ativos a cerca de 475 000 mECV, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade na sua recuperação.

O valor do imposto a pagar corresponde à tributação autónoma do exercício, no montante de mECV 27 (2023: mECV 35).

NOTA 24 – RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações como segue:

	mECV	
	2024	2023
Resultado atribuível aos acionistas (mECV)	(271 564)	(316 907)
Número de ações	480	480
Resultado por acção básico (ECV)	(566)	(660)

NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS

Os detalhes dos valores das partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados nos quadros seguintes (em mECV):

	Balanço			Transações
	Fornecedores	Outras contas a pagar	Financiamentos Obtidos	Vendas e Prestação de Serviços
	(ver nota 13)	(ver nota 14)	(ver nota 12)	(ver nota 16)
2024				
SDTIBM	124 496	11 615	43 380	2 435
2023				
SDTIBM	125 996	11 615	43 380	2 926

Outras informações:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a remuneração dos Administradores apresentava a seguinte composição:

	mECV	
	2024	2023
Ordenados	7 462	6 966
Outras remunerações	429	466
Total remunerações dos Administradores	**7 891**	**7 432**

NOTA 26 – GARANTIAS PRESTADAS

No âmbito do contrato de leasing financeiro de aquisição de dois geradores Hyundai, a AEB prestou duas garantias bancárias, nos montantes de (a) 24 163 mECV, a favor da GENS RENTAL BVBA, destinada a garantir o pagamento do contrato de leasing de dois geradores Hyundai e (b) 25 409 mECV, a favor DSG BELGUIN BVBA, destinada a garantir o pagamento do contrato de gestão e manutenção de dois geradores Hyundai.

NOTA 27 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS NEM DIVULGADOS NOUTRAS NOTAS

Existem duas contingências fiscais referentes aos anos de 2016 e 2017, nos valores de 77 015 mECV e 39 274 mECV, respetivamente.

O valor de 77 011 mECV, referente ao ano de 2016, corresponde à liquidação adicional de (i) Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC), no montante de 2 977 mECV, (ii) Retenção na Fonte, no montante de 44 096 mECV, (iii) Imposto de selo, no montante de 5 581 mECV, (iv) IVA deduzido indevidamente, no montante de 1 764 mECV e (v) IVA resultante da diferença entre o valor declarado nos Modelos 1B e 106, no montante de 22 606 mECV (este último foi objeto de registo contabilístico).

O valor de 39 274 mECV, referente ao ano de 2017, corresponde à liquidação adicional de (i) IRPC, no montante de 1 059 mECV, (ii) Retenção na Fonte, no montante de 3 124 mECV, (iii) Imposto de selo, no montante de 2 210 mECV, (iv) IVA deduzido indevidamente, no montante de 10 074 mECV e (v) IVA resultante da diferença entre o valor declarado nos Modelos 1B e 106, no montante de 22 807 mECV (este último foi objeto de registo contabilístico).

NOTA 28 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Durante os exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022, as remunerações auferidas pelos outros órgãos sociais e auditores externos resumem-se como segue:

	mECV	
	2024	2023
Remunerações do Fiscal Único	600	600
Honorários de Auditores Externos- serviço de auditoria às contas	2 770	2 104
Total	**3 370**	**2 704**

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data do fecho de contas até a presente data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

12 RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

13 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas e Energia da Boavista, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas e Energia da Boavista, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

a) A análise efetuada aos saldos de Ativos fixos tangíveis permitiu-nos identificar as seguintes situações: (i) a rubrica de Equipamento básico inclui equipamentos de produção, no valor líquido estimado de cerca de milhares de Escudos (mCVE) 365 000 (2023: cerca de mCVE 385 000), fora de uso e com utilização marginal, os quais, em virtude de serem depreciados segundo o método de unidades de produção, não têm vindo a ser depreciados ou apresentam valores irrelevantes de depreciação do exercício, (ii) a existência de ativos em curso, no valor estimado de cerca de mCVE 68 000 (2023: cerca de mCVE 68 000), transitados de exercícios anteriores e sem quaisquer investimentos recentes, podendo, por isso, não se qualificar como ativos, (iii) os bens do Ativo fixo tangível não têm sido objeto de testes de imparidade, pese embora os indícios de imparidade decorrentes dos resultados negativos apurados ao longo dos anos. Nas circunstâncias, não nos é possível concluir quanto aos eventuais ajustamentos decorrentes das situações acima descritas nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2024.

b) Saldos a receber de entidades públicas ascendendo a cerca de mCVE 325 000, com antiguidade significativa e cuja recuperabilidade se afigura difícil, não foram objeto de análise de imparidade. Adicionalmente, um saldo de mCVE 47 411 a receber de uma entidade privada, com indícios de imparidade, não foi ajustado. Não existindo acordos de regularização para os montantes indicados, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade dessas dívidas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

c) Relativamente aos consumíveis para utilização na produção, distribuição e comercialização de energia e água, cujo saldo de mCVE 162 036 (2023: mCVE 171 261) integra a rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em virtude de (i) não ter sido possível testar satisfatoriamente a sua valorização em 31 de dezembro de 2023 e 2024 e (ii) e não serem objeto de análise quanto à necessidade de ajustamentos por imparidade, não estamos em condições de

concluir sobre a razoabilidade do referido e sobre os efeitos das situações descritas nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2024.

d) A Empresa não obteve confirmação sobre uma dívida fiscal em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e sobre o Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares, cujos saldos ascendem a mCVE 162 343 e mCVE 194 216 (2023: mCVE 162 343 e mCVE 149 584), respetivamente (ver Nota 8 do anexo às demonstrações financeiras). Estes saldos encontram-se, maioritariamente, em situação de mora, o que nos impossibilita concluir sobre a razoabilidade dos mesmos e sobre a extensão de eventuais penalidades fiscais, entretanto reconhecidas pela Empresa no montante de mCVE 18 853, relativas a atrasos no pagamento do IVA e referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019. Adicionalmente, a Empresa foi notificada do apuramento de impostos adicionais a liquidar relativamente aos anos de 2016 e 2017, num valor total de cerca de mCVE 86 000, encontrando-se em fase de recurso hierárquico a impugnação judicial apresentada às autoridades fiscais, e relativamente ao ano de 2019, no valor total de cerca de mCVE 25 000, não tendo ainda sequer apresentada reclamação. A Empresa não reconheceu qualquer responsabilidade em relação ao valor das correções efetuadas. Nas circunstâncias, consideramos que não se encontram reunidas as condições necessárias que nos permitam concluir quanto à extensão dos eventuais efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em exercícios futuros do desenvolvimento desta situação.

e) A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras saldos a pagar (i) à Câmara Municipal da Boa Vista e (ii) à RTC – Rádio Televisão Cabo-verdiana e CVB – Cabo Verde Broadcast, nos montantes de mCVE 127 497 e mCVE 122 236, associados, respetivamente, à taxa de iluminação pública e às taxas de radiodifusão sonora e televisiva, (iii) à ARME – Agência de Regulação Multissectorial da Economia, no montante de mESC 46 458, relativo à taxa de regulação, e (iv) à Montages Industriales Mario Diego Mateo, SL, no montante de mCVE 22 041, relativo a fornecimentos de investimentos (ver Notas 15 e 13 do anexo às demonstrações financeiras). Não obtivemos respostas aos nossos pedidos de confirmação daqueles saldos ou informações suficientes que nos permitissem efetuar a sua validação, pelo que não pudemos concluir sobre a razoabilidade dos mesmos.

f) A Empresa não dispõe de um modelo de apuramento dos desvios tarifários e de recuperação dos mesmos, pelo que não estamos em condições de avaliar os efeitos nas demonstrações financeiras anexas, associados a esta situação.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas segundo o princípio de continuidade normal das atividades da Empresa no futuro próximo. Contudo, a sua situação económico-financeira naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

(i) O capital próprio em 31 de dezembro de 2024 apresenta-se negativo em mCVE 2 038 601 (ver Nota 11 do anexo às demonstrações financeiras). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 43º do Código das Sociedades Comerciais, é intenção do Conselho de Administração propor na próxima Assembleia Geral a resolução desta situação. No caso de não ser tomada qualquer deliberação, pode o acionista ou qualquer credor requerer ao tribunal a dissolução da Empresa, enquanto aquela situação se mantiver.

(ii) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mCVE 1 041 000 é insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mCVE 3 044 000 (ver Nota 1.16 (iv) do anexo às demonstrações financeiras) e estimam-se encargos financeiros anuais com os financiamentos de cerca de mCVE 150 000.

Neste contexto, a capacidade de a Empresa solver os seus compromissos e a evolução futura das suas atividades estão dependentes da manutenção do apoio financeiro dos seus acionistas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

9 de julho de 2025

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda
representada por:

Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

Em cumprimento do disposto nos artigos 222 e 333 do Código das Sociedades Comerciais, compete ao Fiscal Único emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Águas e Energia da Boavista, SA.

Descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas pelo Fiscal Único, com o objetivo de emitir um parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados da Águas e Energia da Boavista,SA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Desde a data da nomeação, acompanhou-se a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Interirou-se das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;
- Acompanhou-se os trabalhos realizados pelos auditores externos, tendo obtido todos os esclarecimentos considerados necessários;
- Verificou-se, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificou-se a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificou-se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Confirma-se que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício
- Averiguo-se da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;

No decurso dos atos de verificação e validação efetuados com vista ao cumprimento das obrigações de fiscalização, obteve-se do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos considerados necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que foi efetuada pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Auditores Certificados, Lda, foi emitida, nesta data, o correspondente Relatório do Auditor Independente com reservas e com uma incerteza material relacionada com a continuidade.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

Procedeu-se à ação de fiscalização da Águas e Energia da Boavista, SA nos termos do artigo 333 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual é de parecer que:

(a) As propostas de aplicação de resultados constante dos Relatórios de Gestão do exercício de 2024 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(b) Os Relatório de Gestão dos exercício de 2024 satisfazem os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;

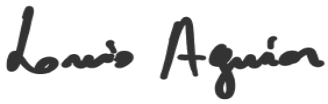
(c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, salvaguardas as reservas incluídas no Relatório do Auditor Independente;

(d) Porém verifica-se que o capital próprio em 31 de dezembro de 2024 é negativo em cerca de mECV 2.0388.601, encontrando-se a Entidade em condição de perda de metade do capital prevista no artigo 43º do Código das Sociedades Comerciais. Sendo o ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mECV 1.041.000 insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo no montante de mESC 3.044.000, fazendo depender do apoio financeiro dos seus acionistas, o cumprimento das suas obrigações financeiras e a evolução fututura das suas atividades;

(e) Com o objetivo de aprimorar a situação financeira da empresa e abordar as reservas destacadas pelos auditores independentes, é altamente recomendável que sejam criadas todas as condições necessárias para a resolução das questões mencionadas nos relatórios. Nesse sentido, é imprescindível intensificar os esforços voltados para a recapitalização da empresa, a fim de enfrentar e superar os desafios apontados anteriormente.

Praia, 10 de julho de 2025

O Fiscal Único



Luis Alberto da Silva Aguiar
Auditor Certificado nº 41
Registado na Ordem Profissional dos Auditores
e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (OPACC)